



Ata nº 9/2022
5ª Sessão Extraordinária de 2022 - Mandato 2021-2025
Reunião de 28 de novembro de 2022
Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, em
cumprimento da convocatória, nos termos da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze,
de doze de setembro, reuniu a Assembleia Municipal de Portimão em Sessão Extraordinária,
realizada no Salão Nobre dos Paços do Município , sito na freguesia e concelho de Portimão,
sob a presidência da sua Presidente, <u>Isabel Andrez Guerreiro</u> , coadjuvada por <u>Carlos</u>
Alberto Garrinho Gonçalves Café e Sheila Gassin Tomé, respetivamente Primeiro e
Segunda Secretária da Mesa

NOMES DOS MEMBROS DA	
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTIMÃO	FORÇA POLÍTICA
Isabel Cristina Andrez Guerreiro Bica	Partido Socialista
Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café	Partido Socialista
Ricardo Viana	Partido Social Democrata
Ângela Cristina Sintra Ramos Venâncio Quadros	Deputada Independente
Mário Nelson de Barradas Espinha	CHEGA
Marina de Carvalho Costa Sanches Esteves	Partido Socialista
Natalino António Gomes Alves	Partido Social Democrata
Cristiano Malha Gregório	Partido Socialista
Pedro Miguel Sousa da Mota	Bloco Esquerda
José Júlio de Jesus Ferreira	Partido Socialista
João Pedro Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira	CDU (PCP/PEV)
Cristina Maria de Sousa Velha	Partido Social Democrata
Jorge Melo	CHEGA
Sheila Gassin Tomé	Partido Socialista
Joaquim Paulino Pacheco Duarte	Partido Socialista
José Luis Barbudo	Partido Socialista
Rui Norte	Partido Social Democrata





Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano	Coligação "Portimão Mais Feliz"
	(CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)
Daniela Marlene da Conceição Duarte	PAN
Ana Sofia de Oliveira Vicente da Conceição	Partido Socialista
Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira	Bloco Esquerda
Luis Filipe Custódio	CHEGA
Alzira Calha	Partido Socialista
Vítor Manuel Campos Couto	Partido Social Democrata
Rui Miguel da Silva Algarve	Partido Socialista
Andreia Filipa Muchacho de Sousa	Partido Socialista
Maria da Luz Santana Nunes –	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Portimão	
Ivo Miguel Inácio Carvalho–	Partido Socialista
Presidente da Junta de Freguesia de Alvor	
José Vitorino da Silva Nunes –	Partido Socialista
Presidente da Junta Freguesia da Mexilhoeira Grande	

FORÇA POLÍTICA	NOME DOS MEMBROS	PERÍODO DE SUBSTITUIÇÃO	DATA INÍCIO/FIM	NOME DO MEMBRO SUBSTITUTO
PS	Carlos Alberto Osório	1 dia	28/11/2022	Cristiano Malha Gregório
PSD	Carlos Gouveia Martins	1 dia	28/11/2022	Raquel Bernardino
PSD	Raquel Bernardino	1 dia	28/11/2022	Ricardo Viana
PS	José M. Figueiredo Santos	1 dia	28/11/2022	José Luís Barbudo





PS	Pedro Jorge M. A Moreira	1 dia	28/11/2022	Alzira Calha
Chega	Paulo Jorge N. Canha	1 dia	28/11/2022	Patricia Ferro
Chega	Patricia Ferro	1 dia	28/11/2022	Jorge Melo
PSD	Américo Mateus	1 dia	28/11/2022	Rui Norte

-----A Câmara Municipal de Portimão esteve representada pelos seguintes elementos do Executivo: ------

NOMES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO	CARGO/FORÇA POLÍTICA
Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila	Vice-Presidente – Partido Socialista
Teresa Filipa dos Santos Mendes	Vereadora – Partido Socialista
João Vasco Gambôa	Vereador – Partido Socialista
José Pedro Cardoso	Vereador – Partido Socialista
Rui Miguel da Silva André	Vereador – Partido Social Democrata
Pedro Humberto Castelo Terras Xavier	Vereador - CHEGA
Ana Maria Chapeleiro Fazenda	Vereadora – Partido Social Democrata

-----Por Parte do Executivo da Câmara Municipal de Portimão não estiveram presentes: -----

Isilda Maria Prazeres Varges Gomes	Presidente – Partido Socialista
Luis Manuel de Carvalho Carito	Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/Nós Cidadãos/Aliança)





----- Ficou com o uso da Palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS -PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para pedir licença à senhora Presidente que lhe dê licença que faça uma interpelação à mesa. É muito simples, era só para, não querendo corrigi-la, não é, disse aí que as intervenções do público destinam-se a fazer questões, mas não é isso que diz o regimento, o regimento diz que é a intervenção do público e, portanto, os cidadãos podem vir aqui manifestar opiniões, visões, propostas, o que bem entenderem. E depois, era só para dizer outra coisa também além disto. Uma vez que temos um cidadão inscrito e o período de intervenção do público tem trinta minutos, a nossa bancada não excluiria nada que fosse dada alguma tolerância a este cidadão que ainda tinha ali alguma coisa para dizer, e penso que não seria por aí que os trabalhos se iriam arrastar de sobremaneira até altas horas da noite e, portanto, se houvesse mais cidadãos inscritos, eu admito que houvesse aqui algum rigor no tempo atribuído ao senhor Sequeira. Como infelizmente é o único que está inscrito para falar neste período, pela nossa parte pelo menos, não vemos qualquer inconveniente em que haja aqui alguma tolerância e que o senhor possa, enfim, falar mais um bocadinho. Disse. ---------- Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez** Guerreiro, senhor deputado, agradeço a sua intervenção, agradeço as notas que deu, a intervenção neste momento está terminada, portanto foi feita a intervenção, está por escrito, será remetida ao executivo municipal e, portanto, na próxima vez discutiremos isso em sede de conferência de líderes. Obrigada. -----------Em Seguida, começou por explicar que foi rececionada uma inscrição, para o ponto 1) da ordem de trabalhos, designado para a intervenção dos cidadãos. -----------Assim, começou por conceder o uso da palavra, ao cidadão inscrito, **José Manuel** Sequeira, cuja intervenção se transcreve na íntegra: «MOBILIDADE EM PORTIMÃO. Ao Acaso, música dos IRIS, banda de rock algarvia da Fuzeta, lí,-em tempos não muito longínquos, um "post" publicado na Rede Social, Facebook, no qual um Académico e Jornalista uruguaio de nome Leonardo Haberborn desistiu de dar aulas do Curso de Comunicação na Universidade de ORT de Montevideu através de uma carta. Dizia ele resumidamente:" desisto depois de muitos anos como professor universitário, hoje, dei aulas pela última vez. Estou cansado de lutar contra telemóveis, wattsapp e facebook. Eles venceram-me. Desisto. Atirei a toalha ao chão!" Esta introdução para quê? Perguntarão e interrogar-se-ão alguns os autarcas aqui presentes? O peso das palavras tem força e algum sentido quando pronunciadas com simplicidade, humildade e sem arrogância." Eu não atirei, não atiro, nem atirarei a toalha ao chão, enquanto os problemas





da mobilidade, em Portimão não estiverem resolvidos. Este assunto encontra-se decretado em Lei pelo Governo da altura. Custe o que custar e "Doa a quem doer" (nome de programa da CMTV). Na minha área de residência Praia da Rocha, e, é do conhecimento do Município Portimonense, a quem enviei um e-mail, em julho de 2022 passado, a dar conhecimento de algo que mexe com a mobilidade e que passo a citar. Parte Ambiental: ------- Escadaria que vai das traseiras -do Hotel Júpiter, na Rua António Feu, até ao final da Urbanização Portas da Rocha, não possui corrimões para ajudar pessoas com dificuldade de mobilidade e pessoas idosas. ------- Criação de sumidores de águas pluviais em todas ruas da Praia da Rocha, com estudo prévio, sobre o aproveitamento das águas pluviais, em Portimão. ------ Desmatização junto" ao "Gypsy Shopping" junto ao Miradouro, lá existente, por elementos de outra etnia, e Obras. ------ Obras, colocação de elevadores junto ao Miradouro e Fortaleza, bem como um tapete rolante, que pode ser substituído por elevador, entre os Hotéis Júpiter e da Rocha, cuja descida é muito ingreme, com solicitação/desafio de inclusão do referido no Plano de Atividades para 2023 e respetiva cabimentação orçamental. Um investimento que se pode pagar a si próprio através de cobrança de uma taxa de utilização acessível. ------ Devo salientar que na Fortaleza a requalificação do referido Monumento, Património do Estado, se encontra para execução desde o 19 mandato da Senhora Presidente da Edilidade Portimonense. Isto da requalificação para além de V. Exa. Senhora Presidente só existem dois vereadores, são eles Ana Fazenda e Pedro Castelo Xavier, que devem estar nesta sala e são, agora, vereadores na oposição. Quando no mandato de V. Exa, Senhora Presidente eram vereadores na efetividade de funções, e que o poderão confirmar. Desde esse mandato mais ninguém lá esta na vereação. Como o tempo passa e nos traz novidades! Esta notícia da requalificação foi concedida a Portimão pelo Governo PS em detrimento do Forte de Peniche, por informação da senhora presidente em sessão publica de Camara a que assisti e ouvi. ----------Palavra dada é palavra honrada. Assim dizia o Governo português. Hoje já não diz com normalidade, talvez por causa do "peso das palavras. Será que a CMP nada tem a dizer sobre isto.------Continua calada, como sempre, ou optou pela música de Paul Simon e Art Garfunkle, "The sound of si|ence" que em português quer dizer o "Som do Silêncio" ' ou a música de Rod Stewart e Amy Belle "I don't want to talk about it" que em português quer dizer "não quero falar sobre isso" guardando as tutelas cautelares na gaveta para ninguém ver e agora no gavetão





fechado a sete chaves, sem qualquer tutela cautelar ou situação similar para ninguém se lembrar? Eu lembro! "Pra ser Sincero" como cantam Os Engenheiros do Hawai, na voz de Humberto Gessinger, banda de rock brasileira. Prefiro esta, a sinceridade por mais crua e dura que ela seja. Sei que não sou nada nesta cidade senão um residente migrante, mas, isso em nada me impede, de ter os meus conhecimentos, pois, amizade, é outra coisa, venham eles ou elas de que quadrante vierem. Sou apenas um cidadão. Comum, mas, que paga os seus impostos, taxas e taxinhas, e bem, neste concelho de Portimão, onde resido em permanência desde 15 de Marco de 2002, e me aposentei em 1 de Janeiro de 2012. Por cá figuei como residente migrante gozando a minha aposentação, embora conheça Portimão desde as décadas de 50 e 60 quando ainda criança cá vinha à praia. Ainda andei nos Vai Vem da altura, carroças puxadas a cavalo. Ainda tive oportunidade de' conhecer a construção dos Hotéis Júpiter e Algarve, hoje Algarve/Casino, bem como a sua remodelação, quando a Solverde o adquiriu ao BNU, a época o seu proprietário, e onde iniciei a minha atividade bancaria, antes da integração na CGD. Não sou como outras pessoas que se vangloriam em canal aberto (RTP 1) e que hoje são autarcas, de renome, em Portimão que chegaram a esta cidade em 1982. Conheci o apogeu e a queda da indústria conserveira, em Portimão. A Praia da Rocha foi a minha primeira praia na minha meninice, como tal a minha condição de cidadão comum responsável e cumpridor, em nada me impede de alertar as autoridades políticas para estas situações. E como diz o velho ditado algarvio água mole em pedra dura tanto bate até fura". Acrescento que na Rua Afonso de Albuquerque, na Praia da Rocha, que dá acesso à Avenida Tomaz Cabreira, através da sua rotunda, do mesmo nome, merece a, continuidade da sua repavimentação, iniciada no mandato anterior, pois, metade, já esta feita e a outra causa problemas na mobilidade a quem por la circula, nomeadamente a noite. Será que é porque "existe uma garagem particular, como o prédio." ------

Aproveito, também, para salientar que na Rua do Comércio, em Portimão, não existem bancos para as pessoas descansar, entre o cruzamento entre a Rua da Hortinha e a Alameda da República e existem bancos (alguns) desde esse cruzamento até ao Largo da Mó. Parece-me que na mesma rua existirem dois pesos e duas medidas. Se todos queremos um turismo de qualidade e, todo o ano, temos de dar condições a esse turismo, fundamentalmente, de terceira idade, para que possa para vir com condições e mesmo para os residentes com mobilidade reduzida e ainda para revitalizar a Rua do Comércio. Isto para não falar dos minibus da Rede Vai e Vem, que, segundo informações que disponho, não estão a servir convenientemente a população do Concelho de Portimão. Apesar de ter sido noticiado" com pompa e circunstância" a





inauguração de circulação. de viaturas elétricas. ------

------Por informações que recolhi junto de alguém que exerce a sua atividade profissional, na Portipark, o problema era da Camara, porque o equipamento necessitava de rede de Internet 5G e teria de ser a CMP a colocar pois, sem isso , o contato dos utilizadores não chegava bem à Portipark. A Camara já colocou a referida rede 5G por causa da videovigilância e assim o inibidor já se encontra a funcionar, embora neste momento esteja em baixo, o que é compreensível estamos em época invernosa. Será que na CMP não existe programação de obras a realizar e como? Aguardaremos que no futuro a resposta seja diferente. Para terminar os assuntos sobre a Praia da Rocha, será que os milhões em IMI e só falo deste imposto e só referindo a Praia da Rocha, que a Camara de Portimão recebe é merecedora de tanto abandono? Praia da Rocha é como a Senhora Presidente dizia em tempos na tal reportagem, em canal aberto, na RTP 1,





Praia da Rocha é a menina bonita dos olhos lindos de Portimão. Deixo-lhe aqui um repto, pense nisso Senhora Presidente. Sou seguidor, na Rede Social Facebook de um Presidente de Camara do Norte do Pais, que tal, como V. Exa. Senhora Presidente da Camara, vai terminar seu terceiro mandato consecutivo e como tal, fim de linha, como presidente de camara. Dizia tal personagem poucos dias atras: "Que cada novo dia nos traga algo. Melhor que o dia anterior e que não nos faltem motivos para Acreditar" Para terminar: "I have a DREAM" Uma célebre frase de Martin Luther King. Ele conseguiu. Ter um negro, Presidente USA, Barack Obama, eu também vou conseguir, com o apoio, e quiçá, a consciência de todos vós autarcas, conseguir a resolução dos problemas da mobilidade em Portimão. E ainda como canta a austríaca Dana Winner: "Give me one moment in Time", que em português quer dizer: "Concedam-me um instante no tempo". Conto convosco, contem comigo, senhoras e senhores autarcas portimonenses! Quem gostou, ótimo! Quem não gostou, ótimo também! Bem haja a todos!» --------Terminado o período designado para a intervenção dos cidadãos, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, declarou abertas as inscrições para quem pretendesse usar da palavra relativamente ao Ponto 2.a) Discussão e Votação da celebração de protocolos de Cooperação com as Juntas de Freguesia do concelho, para a construção e/ou beneficiação de parques infantis e de lazer - ao abrigo da al.K), do nº 1, do art.º 25 da lei 75/2013, de 12/09, "Compete à Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara Municipal, autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia" nos termos da Proposta -Deliberação nº725/22.-----

------ Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PPD/PSD <u>Cristina Maria de Sousa Velha</u>, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que antes de mais, gostaria de dizer que esta bancada vê com muito agrado estes protocolos, evidentemente, e venham eles e venham outros ainda, nomeadamente para mais equipamento, não apenas para parques infantis, mas para muito mais outros equipamentos, aliás, e já o disse aqui, já tivemos oportunidade de frisar a importância de tratarmos dos nossos fregueses, dos nossos cidadãos que são os mesmos e de investir mais nas nossas freguesias, para que elas possam realmente responder cada vez mais às necessidades locais, nomeadamente as mais rurais. Voltamos a falar na Mexilhoeira como é lógico e, portanto, estes protocolos são muito importantes e queremos ainda mais, e a isso queríamos ainda lançar um desafio. Porque é que o executivo não vai ainda mais além, não faz mais, aliás, ao abrigo do que está aqui, das delegações de competências e transferências de competências, que venha a transferir mais competências nestas áreas





específicas para as Juntas de Freguesias, concedendo-lhes maiores autonomias, dotações próprias, para que possam realmente estar mais próximas dos munícipes e trabalhar mais nestas áreas e, portanto, vemos com bons olhos estes protocolos, agora, nomeadamente e este investimento nas nossas freguesias e queremos recordar esta possibilidade de realmente se fazer ainda mais e avançar por este que é o caminho certo, e por isto tenho dito. --------------------------------------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Goncalves Marques Caetano, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que antes de mais, queria regozijar-se também com o regresso ao salão nobre, enfim, além das condições que são visivelmente muito melhores para trabalharem ali todos, do que no auditório do museu, esta é a casa da democracia aqui em Portimão, não é o auditório do museu, ou o auditório do Tempo, ou outro sítio qualquer e, portanto, é um motivo de alegria para todos, espera que também para os munícipes estarem de regresso ao salão nobre. ------ Relativamente ao assunto que estamos aqui a discutir, nós realmente entendemos que esta iniciativa é positiva, a opção de delegar aqui competências nas Juntas de Freguesia e de transferir verbas para que certas competências sejam prosseguidas pelas Juntas numa lógica de maior proximidade aos cidadãos, é positiva, mas há aqui duas questões que eu queria pôr. A primeira questão é, embora esteja aqui referido que foi uma análise prévia que foi feita pelas Juntas, que foi proposta à Câmara, porque não aqui estender esta decisão aqui e este apoio financeiro para outros parques noutras zonas das freguesias, nomeadamente na freguesia de Portimão, não é por ser mais importante que as outras que não é, mas é maior em termos de extensão, haveriam com certeza e existem com certeza outras zonas que mereceriam também ter um parque infantil e que não têm. ---------- Depois, a questão de saber se em lugar de haver aqui uma decisão casuística neste caso em relação aos parques infantis, de contratualização com as Juntas de Freguesia e de apoios financeiros, se eventualmente não seria melhor o executivo ponderar, optar por uma abordagem mais geral e mais integrada, delegando também outras competências nas Juntas, de acordo com o que está previsto na lei 75/2013 e dotando os executivos das Juntas para essas competências, de verbas mais reforçadas. Eram estas duas questões. Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que em relação ao ponto em discussão, gostaria de ressalvar duas questões. Primeira questão: estamos a falar de uma verba





----- Eu deparei-me aqui com uma situação, com o projeto da Bemposta, parque infantil e de lazer. Por aquilo que eu reparei aqui na proposta, em termos de equipamento para parque infantil, não encontrei nada, só encontrei é em termos de equipamento de lazer. Portanto, parque infantil não vejo aqui nada. Esta é a primeira questão. ---------- A segunda questão põe-se com a questão de, sim senhor, estamos de acordo que devem ser realizados este tipo de trabalhos, devem ser feitas este tipo de obras para bem dos munícipes, mas há uma outra questão. Os outros parques existentes quem é que cuida deles, higiene, limpeza, tratamento, manutenção, todos esses aspetos? Posso, por exemplo, falar na Junta de Freguesia de Alvor, que pelo menos os parques infantis que conheço, não têm qualquer tipo de manutenção, qualquer tipo de equipamento renovado, melhorias de equipamento, há uma degradação completa. Vamos estar a criar novos parques e os que já existem vão continuar no esquecimento. Não sei se pensam investir também nesses parques, como é, gostaria também de ver ressalvadas essas questões que hoje estou a apresentar. Obrigada. ---------------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da** Conceição Duarte, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que relativamente a este ponto, querem destacar que no projeto do parque intergeracional da Companheira, proposto pela Junta de Freguesia de Portimão, foi pensado a colocação de uma fonte canina, tendo em conta os muitos utentes que se deslocam ao parque e fazem-no em conjunto com os seus animais, garantindo o bem-estar destes. É importante que quando os parques são pensados, que sejam pensados de uma forma global para quem utiliza e para quem acompanha, sendo humanos ou não humanos. Lamentamos não ver esta preocupação nos restantes parques, em particular no Monte Canelas e nas vilas da Bemposta, onde pela caraterização da população e do próprio parque seria importante garantir este conforto. ---------- Para terminar, louvamos a proatividade demonstrada pela Junta de Freguesia de Portimão. Porém, acreditamos que este avanço tenha alguma influência pela eleição do PAN. Obrigada. --------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada *Coligação* "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que no fundo a sua intervenção é só para deixar aqui um repto aos presidentes de Junta. Uma vez que este ponto tem por base aqui os protocolos que foram feitos e visa aqui a construção e beneficiação de parques infantis e de lazer através de protocolos que foram outorgados com a Junta, se os presidentes de Junta não têm nada a dar, a contribuir aqui para a discussão? Não obstante não ser dada nenhuma achega aqui ao nosso debate, a documentação que foi facultada até está bastante completa, tem inclusive fotografias e





----- Pediu o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvor **Ivo Miguel Inácio Carvalho**, que principiou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que tem que questionar o senhor deputado Luís Custódio. Já me fez uma manhã andar à procura de um castelo em Alvor que tinha uns andaimes montados, e agora pergunto-lhe pela sua descrição, onde é que são esses parques infantis. Eu fiquei assustado com o panorama que descreveu em relação aos parques infantis de Alvor. Terei todo o gosto em conhecer esses equipamentos.





Portanto, gostava que me indicasse então onde é que realmente se evidencia esse cenário que
descreveu relativamente aos parques infantis na freguesia de Alvor
Relativamente ao parque infantil das vilas da Bemposta, os equipamentos escolhidos têm a
ver com as características do espaço. Certamente já visitou o espaço, conhece as suas limitações
e ao mesmo tempo a sua capacidade de receber os equipamentos do parque infantil e os
equipamentos complementares que lá escolhemos
Relativamente à senhora deputada Marta Caetano, não sei se há alguma questão que
gostaria de ver respondida, mas estarei cá para, no que respeita à freguesia de Alvor, esclarecer.
Obrigado, senhora Presidente
Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Luís Filipe Custódio,
para dizer que é o seguinte: em relação àquilo que o senhor Vice-Presidente Bila falou, eu quando
falei, fiz a questão, foi se, de facto, iria haver formas das Juntas de Freguesia fazerem
manutenção dos parques infantis já existentes, na medida em que eu tenho provas que os
parques infantis por exemplo da vila de Alvor, não têm qualquer tipo de manutenção,
inclusivamente situações de pôr em perigo crianças, ou seja, crianças com três, quatro anos, que
temos que prestar atenção a eles. De facto, eu tenho uma neta com quatro anos e fico muito
preocupado em levar a minha neta ao parque infantil do Castelo em Alvor e deparar-me com as
situações que me tenho deparado. De qualquer das formas, isso é uma situação que estará
presente
Outra questão, é que de facto, aquilo com que me deparo, é que não há qualquer tipo de
manutenção. Não havendo qualquer tipo de manutenção, gostaria que me respondessem se estas
verbas também vão ser para a manutenção dos parques infantis já existentes, ou são mesmo
para a construção destes. E em relação ao outro parque que estávamos a falar, falávamos de
parque infantil e de lazer, e olhando para os equipamentos, não vejo qualquer tipo de
equipamento em termos de parque infantil, mas sim como equipamentos de lazer, única e
simplesmente. No entanto, continuo a dizer que estou de acordo que existam cada vez mais
parques infantis, que existam mais infraestruturas dentro deste género, mas temos que prestar
atenção e vamos continuar a prestar atenção a este tipo de situações, porque estamos a falar de
crianças que não têm qualquer tipo de responsabilidade, que não têm qualquer forma de analisar
os perigos e que eles estão presentes a qualquer momento. Obrigado
Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós
Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano , para dizer que ficou com uma
dúvida da intervenção do senhor Vice-Presidente. Não sei se ouvi bem, o senhor Vice-Presidente





disse aí que, acho que foi assim mais ou menos, neste momento, com os recursos existentes, é o que é possível fazer, foi mais ou menos isto que disse. Eu fiquei na dúvida se não se faz mais em relação a parques infantis e parques de lazer nesta altura nestes três contratos, porque não há dinheiro, ou se eventualmente foi devido àquela pergunta inicial que eu fiz, enfim, foi só aquilo que foi elencado pelas Juntas de Freguesia, o executivo se calhar também não tomou a iniciativa de sinalizar outros espaços que eventualmente mereceriam, também têm parques infantis e há necessidade disso, nomeadamente como disse na primeira intervenção, na freguesia de Portimão, porque é uma freguesia territorialmente com uma extensão maior, mas enfim, eu figuei na dúvida senhor Vice-Presidente. É porque se for de falta de dinheiro, eu posso-lhe dar assim umas quantas dicas onde é que pouparia para conseguir fazer aqui mais uns dois ou três parques infantis pelo menos nesta altura, pelo menos dois ou três, assim só para começo de conversa. Quero crer que não será por falta de verba, porque os senhores até têm excedente orçamental, portanto não será por aí. Portanto, fiquei sem perceber e queria que o senhor explicasse à Assembleia concretamente, porque é que são só estas opções neste momento e porque é que não foram aqui estendidas outras soluções. Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Natalino António Gomes Alves, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que é com regozijo, sinceramente, que ali estão, que lhes dão condições de trabalho, que dá dignidade à Assembleia, porque só assim podem olhar olhos nos olhos em cada um, ao público, à mesa, ao executivo e, portanto, isso é uma grande vantagem para cada um que ali está. ----------- Em relação ao que estamos aqui a discutir, eu apenas, e não retiro nada daquilo que aqui já foi afirmado, portanto concordo plenamente com a proposta, apesar de a achar tarde, já deveria ter sido há muito, mas muito mais tempo. A única dúvida que eu tenho aqui e gostava de perguntar, é, porque é que este protocolo que agora é assinado, tem a duração de vinte anos. Vinte anos é uma vida! Hoje estão os senhores, amanhã estarão outros, hoje estão outros e, portanto, eu não sei. A Assembleia tem poderes para retificar essa situação, o que diz aqui é, «o presente protocolo entrará em vigor na data da sua assinatura e vigorará por um prazo de vinte anos». Vinte anos é muito tempo, meus senhores. É só essa pergunta e essa dúvida que eu tenho. Obrigado. -------tenho. Obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e

explicar que o Bloco de Esquerda vem congratular-se com a assinatura deste protocolo, da construção dos parques. O Bloco de Esquerda no passado já trouxe aqui uma moção para que





nós pudéssemos requalificar os parques infantis que nós temos, torná-los mais inclusivos, e nesse sentido nós congratulamo-nos com a construção e a requalificação dos mesmos, tornando-os mais inclusivos e mais apelativos. Apenas queríamos deixar um apelo, não esqueçam o parque da juventude que está um bocado esquecido e também não esqueçam o parque verde que está prometido há tantos anos. Muito obrigado. ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, para dizer que realmente vinte anos é muito tempo para um parque infantil e, portanto, aquilo tem a ver com a gestão do parque, mesmo com o parque durará... é, exatamente, o protocolo tem, que tem a ver com a gestão do parque, que também tem a cedência e com a manutenção, mas na realidade nem os equipamentos durarão tanto tempo e, portanto, noutros executivos hão-de ter que aprovar novos parques infantis para as mesmas zonas. ----------- Ó senhor deputado João Caetano, o mandato é por quatro anos. Este executivo nesta vez negociou com as Juntas, foram estes parques. Faltam três e, portanto, tem que aguardar que o executivo vá decidir onde é que vai lançar outros parques e o que vai fazer. Mas já lhe disse, temos essa necessidade de fazer parques em todas as freguesias, e é óbvio que em Portimão temos muito essa necessidade, até porque os que tínhamos, muitos deles, foram desativados e queremos ativá-los novamente. Tenho dito, senhora Presidente. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Vítor Manuel** Campos Couto, que começou por cumprimentar todos os presentes, e referir que quer dizer que o PSD acompanha esta proposta e muito lhe agrada, até porque o PSD muitas vezes esteve a fazer diligências, nomeadamente por causa do Monte Canelas e da Figueira. Inclusivamente reunimos com a comissão de moradores de Monte Canelas e sabemos o quanto era a ânsia, era querido por aquela população este parque. Mas também não se limita só a isso os problemas daquela zona, nomeadamente naquela zona temos problemas com as caixas de correio, que é um problema que se arrasta há montes de anos e que não há solução, assim como há a parte da sinalização e das placas toponímia, e estamos a falar de uma área também em que cuja sua população contribui para o orçamento, para o bolo municipal, aí num valor a rondar os duzentos e cinquenta mil euros anuais e, portanto, deviam também ter algumas condições que pedem e que a Câmara e a Junta de Freguesia não lhes tem dado. ---------- Relativamente ao resto, é o seguinte. Eu acho que nós às vezes confundimos um bocado as coisas e já no mandato anterior, neste caso na Junta de Freguesia, eu falava muitas vezes com o senhor Vice-Presidente acerca da descentralização de competências da Câmara nas Juntas de





Freguesia. Eu acho que a Câmara pode muito bem começar a descentralizar e a atribuir competências, até porque a lei assim o permite e assim já as oferece às Juntas de Freguesia, e a dotar as Juntas de Freguesia com orçamentos próprios, de modo a fazer face a estas coisas e não ter que vir pedinchar ao executivo camarário. Acho que é tempo de passarmos a confiar também nas Juntas e nos senhores presidentes da Junta e dotá-los de orçamentos para isso. É escusado estarmos aqui a fazer protocolos, isto é um protocolo para a construção de parques e depois vemos o caricato de dizer que o prazo é de vinte anos. O prazo é de vinte anos de quê? Para a construção? Não, a construção vai-se realizar já. A manutenção? A manutenção já é competência das Juntas de Freguesia, como os senhores presidentes da Junta sabem e certamente quase todos aqui sabem. Por isso não é vinte anos, é uma competência, está no acordo de descentralização da Câmara com as Juntas de Freguesia, e esse acordo quanto a mim, já defendia em mandatos anteriores, deve ser alargado, devemos dar ao poder local e àqueles que estão mais próximos a capacidade de poderem olhar pela sua população e fazer o melhor por elas. Ninguém melhor do que, às tantas, os senhores presidentes da Junta para saberem exatamente neste tipo de coisas o que é que a população anseia e o que é que é possível fazer. É preciso dar-lhes meios, meios financeiros, meios técnicos, meios humanos para fazer esse trabalho. Tenho dito, muito obrigado. ------

Mota, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que o Bloco de Esquerda, como já falou, o seu camarada já disse, vão acompanhar esta votação. Mas ainda temos muito para fazer, o Bloco de Esquerda como disse aqui o meu camarada e repito novamente, vamos trazer ainda mais moções e recomendações para fazer novos parques e que são necessários. Há urbanizações novas e até feitas pela própria Câmara e ainda não existem parques lá, mas nós vamos trazer moções e recomendações para esse fim, e ao ver este documento, vejo que também falta aqui Wi-Fi. Não sei se já está integrado noutro estudo, no que eu tenho visto aqui, isto é um mini caderno de encargos, não vejo que tenha Wi-Fi.

----- Outra situação que nós temos também falado nestes protocolos, deviam também estender este protocolo às casas-de-banho públicas, porque fechar casas-de-banho públicas, eu falo na Gil Eanes que as pessoas nem na estação de comboios têm uma casa-de-banho pública, que está fechada porque o senhor do café não quer abrir e aqueles quiosques ali em redor também não têm, a única casa-de-banho pública que nós temos lá, é no jardim Gil Eanes que fecha às cinco horas, abre às nove e fecha às cinco, tem horário de comércio, o que não faculta nem ajuda as pessoas que necessitam desse tipo de serviços. Por isso também acho que aqui para o próximo





protocolo, ponham também as casas-de-banho públicas e muitas delas fazem falta, na praia da Rocha estamos fartos de falar sobre isso, no caso como já foi dito aqui por um munícipe, a falta de higiene nas escadarias, mais propriamente no miradouro, não existe lá uma casa-de-banho pública, podiam fazer uma igual àquela que existe ao lado da PSP, entre outras coisas, mas congratulamo-nos com este contrato e vamos votar favoravelmente, mas ainda fica muito por fazer e não há falta de dinheiro como já foi dito. Tenho dito.

----- Os parques infantis hoje, obedecem já a um conceito mais amplo de espaços de jogo e recreio, aquele conceito ultrapassado do carrocel, do escorrega. Hoje, os parques infantis pretendem responder a uma multiplicidade de necessidades da população jovem, nomeadamente na infância e dependem de várias circunstâncias que este não é o local mais próprio provavelmente para estarmos a conversar sobre elas. Há múltiplos fatores que levam a que um espaço de jogo e recreio possa ser mais ou menos complexo, em função da área, em função da população que serve, em função dos interesses que hoje já não se cingem exclusivamente à população infantil e que podem ir até à idade adulta, à vulgarmente chamada terceira idade. Nessa perspetiva e após analisarmos as propostas que são apresentadas, todas as propostas que possam ser apresentadas venham elas de onde vierem, de qualquer partido político, qualquer município, qualquer Junta de Freguesia, carecem sempre de uma discussão em função destas variáveis, e isto não deixa de ser motivo, aliás como foi aqui demonstrado, de todos nós estarmos de acordo com este princípio de modernização, atualização, conceção e construção de novos equipamentos desta natureza, e é sobre isso que a bancada do Partido Socialista não quer deixar passar a oportunidade de parabenizar quer as Juntas de Freguesia, quer o município, pelo compromisso que hoje aqui está consubstanciado. Tenho dito, obrigado. ------

----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal **Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila**, na realidade foi falado aqui do Monte Canelas e já tivemos reunião com o senhor Presidente de Junta e com a associação de moradores do Monte Canelas também e,





portanto, sabemos bem o que é que o Monte Canelas precisa e o que é que vamos continuar a fazer, portanto isto é uma primeira intervenção e vamos continuar a ter que trabalhar mais para pôr o Monte Canelas como ele merece. Tenho dito, senhora Presidente. ---------- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **<u>Ângela Cristina Sintra Ramos</u>** Venâncio Quadros, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que esteve ali e estava a ouvir as intervenções dos deputados e esteve a ver as propostas. Eu acho que esta proposta apresentada peca, peca porque é pobre. E o que eu pergunto é o seguinte. Será que as crianças do nosso município valem migalhas num orçamento? ---------- Eu tenho aqui uma proposta de um parque que se fala, falamos em equipamento, falamos em tudo e eu vejo aqui um equipamento démodé que já não se usa. Eu vejo aqui um projeto de cento e doze mil euros com equipamento. Um parque de cento e doze mil euros que equipamento é que poderá ter? Que segurança é que pode ter para as crianças? Eu estou a ver esta proposta, vejo a bancada do PS muito contente a dar-lhe os parabéns, mas isto é miséria, isto é miséria para as crianças do concelho, e as nossas crianças merecem mais respeito por parte deste executivo e por parte da Junta de Freguesia. Como nós temos orçamento com receitas, e o orçamento bastante elevado de transitar e estamos a fazer e a dar parabéns a isto que está aqui, a este equipamento, eu digo, mas será que os senhores nunca saíram de Portugal? Será que os senhores nunca se atualizaram? Será que os senhores nunca saíram pelo menos até Aiamonte e ir ver os parques? Para ver os parques que lá existem? Isto, eu parece que estou no século XV, se calhar no século XV tinha mais condições, porque os parques tinham árvores. O que eu vejo é sombreamentos, árvores plantadas não existe, é pavimentos, é tudo, mas este orçamento e esta proposta peca porque é uma proposta pobre, bastante pobre e eu não posso estar aqui sentada e estar a ouvir a maior parte dos deputados a baterem palmas, isto é ótimo! Meus senhores quanto é que é o orçamento, qual foi a receita transitada? Nós estamos a falar de um parque para crianças de cento e doze mil euros, quando temos intervenções no parque da juventude de cento e dez mil e que fica na mesma. Meus senhores, vejam o que é que vocês andam a propor e arranjem um gabinete que faça um plano bem elaborado de estudos e que façam de uma vez por todas coisas em condições, meus senhores. Esta proposta é uma miséria. ------------ Pediu o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande José Vitorino da Silva Nunes, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e responder à Dra. Marta Caetano. Portanto, foi o orçamento que nos foi apresentado na altura, mas estou convencido que se faltar dinheiro, a Dra. Marta é capaz de contribuir para a gente conseguir acabar o parque infantil. ------





----- Respondendo aqui à nossa deputada Ângela Quadros, com certeza que ela desconhece a realidade dos parques infantis. E existem dois parques infantis que já estão feitos, que têm árvores, mas as pessoas pediram o sombreamento dos parques e foi aceite pela Câmara Municipal colaborar para que se fizesse esses sombreamentos, e todos que têm árvores, que tenho a certeza que a senhora desconhece os dois parques. No parque do Monte Canelas, existem lá árvores onde vai ser feito. Portanto, não vão ser deitadas abaixo e com certeza que iremos lá colocar mais. Portanto, não é só betão. Disse, senhora Presidente. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Jorge Melo**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que só tem uma pequena questão em relação ao estado degradado, é que e ao longo dos anos tem acontecido, uma falta de manutenção que provoca um gasto excessivo numa sua reabilitação. ----------- Posto isto, se está previsto a formação de um técnico, ou de vários técnicos para a sua fiscalização e manutenção dos vários equipamentos que vão ser construídos e os já anteriormente existentes, porque pelo que se vê nos vários parques da cidade de Portimão, que são alguns, é que não existe fiscalização nem manutenção dos mesmos, pelo menos assim aparenta. Eu que tenho crianças que frequentam alguns desses parques, parques novos, são degradados ao final de seis meses, sete meses, oito meses, onde não existe sequer uma fiscalização, pelo menos aparenta não haver, porque não há uma porta arranjada, não há um chão arranjado. Daí eu perguntar se existe previsão nesta proposta, de conseguir ter alguém que fiscalize estes mesmos parques e a sua respetiva manutenção. Tenho dito. ----------- Pediu o uso da palavra, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão **Maria da** Luz Santana Nunes, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que se congratula por estar nesta sala novamente, o que lhe agrada muito, é muito mais confortável. E não estava pensando em intervir, mas já que falaram na manutenção várias vezes e aqui o colega Jorge acaba por frisar novamente a questão da manutenção, eu não posso responder por Alvor e pela Mexilhoeira, mas posso responder por Portimão. Portimão faz manutenção sistemática de todos os parques infantis. Portanto, acontece que os parques infantis muitas das vezes são vandalizados e nós acabamos de reconstruir, acabamos de limpar. Ainda há relativamente pouco tempo no parque do Caneco, foi recuperado todo o mobiliário urbano, gastou-se uma boa quantia a recuperar o parque do Caneco e posso-lhe dizer que três dias depois quando eu lá voltei, já estava completamente vandalizado duas ou três mesas, dois ou





----- Depois, há outra coisa muito importante. É que Roma e Pavia não se fez num dia, e ao construir é fácil, o manter é difícil. Porquê? Porque as pessoas não são, os nossos concidadãos não são pessoas que tenham gosto por aquilo que lhes é oferecido. Pelo contrário, parece que sentem prazer em destruir, mas nós continuamos sempre lutando para que os parques continuem a ter as condições necessárias para que possam ser utilizados e que não provoquem perigo nas crianças. ---------- Poderá dizer-me que o parque da Alameda está um pouco degradado, efetivamente. Há ali um equipamento, um elemento que precisa de ser substituído, ele provavelmente irá ser substituído dentro de relativamente pouco tempo. ----------- Também lhe posso dizer que os equipamentos, neste momento, quando precisam de ser substituídos e renovados, lutamos com uma falha muito grande por parte das empresas que nos fornecem os equipamentos, não nos dão resposta. Há um baloico no parque da Alameda que tem seguramente mais de um ano, bem mais de um ano, que tem um baloiço desativado. Isto porquê? Porque nós já tentámos de todas as formas possíveis e imaginárias, substituir um elemento que prende o baloiço lá em cima, mas nós não vamos desistir, vamos de certeza absoluta, dentro de algum tempo ter esse baloiço novamente a funcionar. ----------- Também lhe posso dizer que neste momento para montarmos um parque, vamos esperar muito tempo. Porquê? Porque não há material suficiente disponível para os montar. Posso-lhe dizer que nós começámos a fazer os pedidos em janeiro e fevereiro e só neste momento é que começam a ter resposta que o material está a chegar. ---------- Senhora deputada Marta Caetano, lançou-nos o repto para nós respondermos. Como o senhor Vice-Presidente lhe tinha respondido, eu não lhe ia responder, mas vou-lhe responder. Volto a repetir, Roma e Pavia não se fez num dia e nós com calma lá chegaremos, até que a Junta de Freguesia de Portimão, quando se propôs, quando nós nos propusemos ao eleitorado, uma das nossas propostas, era fazer um parque infantil por cada ano de mandato. ----------- À Daniela, muito obrigada pelas suas palavras, e efetivamente nós dotámos todos os espaços por onde estamos a pensar renovar, de bicas que possam ter as duas valências, os humanos e os animais. Portanto, o PAN também pugna por isso e eu agradeço-lhe esse seu reparo, mas nós também vamos levar isso em consideração sempre que se renove os equipamentos e penso que por agora tenho dito. Obrigada. ---------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PAN Ricardo Viana, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que não ia falar mas há aqui dois apontamentos. Relativamente ao que a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão





falou, e falou do PAN, esquecendo-se que no anterior mandato, foi aprovado em Assembleia de Freguesia uma moção para a construção do parque canino, e estamos a falar em abril de 2019. Portanto, três anos, estou à espera do parque canino. ---------- Segunda questão, e isto é um conselho e talvez uma ideia. Fala-se aqui da falta de manutenção e digamos do vandalismo que acontece nos parques infantis aqui nesta cidade, se calhar talvez pela localização deles, que estão sempre um bocado afastados de um meio mais inserido. Eventualmente já que a Câmara Municipal e bem, investiu num sistema de videovigilância, porque não pensar na videovigilância em determinadas zonas onde inclua os parques infantis. Porque estamos a falar não só da questão do vandalismo e dos danos que podem ser causados nos parques, mas eventualmente também a segurança das crianças e das pessoas, e para eventual repressão de algumas atividades que ocorrem nesses sítios à noite. Basta ir ver ali a zona da Quinta do Caneco, para perceberem o que eu estou a dizer. Tenho dito. ----- Pediu o uso da palavra, a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão **Maria da** Luz Santana Nunes, não quero deixar, apesar de não estarmos na Assembleia de Freguesia e estarmos na Assembleia Municipal, não quero deixar de o convidar a ir à Assembleia de Freguesia de Portimão, porque lá poderá ter resposta à sua solicitação ao parque canino. O parque canino, se tudo correr como eu espero, até 31 de dezembro deste ano, terá um primeiro parque canino na freguesia de Portimão. Tenho dito, obrigada. ----------- Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **<u>Ângela Cristina Sintra Ramos</u>** Venâncio Quadros, depois da intervenção da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Portimão, tenho uma questão a colocar diretamente. Estava a falar do parque da Alameda, o parque infantil. A minha questão é o seguinte. Acha que aquele parque que a senhora Presidente considera um parque, que é idóneo para um centro da cidade? É que eu não sei se está a pensar em reformular ou substituir equipamento, porque aquele parque em nada dignifica o centro da cidade. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Luís Filipe Custódio, para dizer que o Chega vai aqui falar num ponto que é o parque infantil do Caneco, por exemplo, que durante mais de um ano esteve com o chão levantado, portanto isto desde a pandemia. Isto é um ponto. ----------- --Outro ponto. Vamos aqui também criar uma proposta. Se o problema da manutenção dos parques infantis está nos custos, porque é que vocês, por exemplo, não optam por câmaras de vigilância, guarda-noturno, para diminuir as despesas com a manutenção dos parques infantis, já que isso está a ser um problema nesse sentido, a manutenção dos parques infantis. Têm estado a





pôr câmaras de vigilância em tantos locais, porque não mais um investimento nos parques infantis e para ver quem é que faz a degradação desses mesmos parques, ou então um guardanoturno. Portanto, se calhar feitas as contas era capaz de compensar em relação à manutenção. Uma proposta que deixo no ar. Tenho dito. ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miquel Peixinho Alambre Bila, para dizer que câmaras de videovigilância não se põem onde se quer. É preciso autorização, neste momento colocámos onde tivemos autorização. ------------- Guarda-noturno também, temos um guarda-noturno só, porque ninguém se inscreve e não podemos pôr segurança privada em espaços públicos e, portanto, quer dizer, estamos a falar, às vezes falamos, falamos, mas no fim disto tudo, tudo espremido não vai dar em nada. Portanto, tenho dito senhora Presidente. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, senhor Presidente, existem outros meios, se as câmaras de vigilância têm esse problema, se o guarda-noturno também ninguém quer concorrer, cercas, portões, existem meios de impedir que as pessoas façam isso, é só uma questão de havendo vontade consegue-se. Não pode é servir de desculpa porque a manutenção é cara, então os parques vão ficar degradados. Tenho dito. ---------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da Mota, para dizer que queria que isto fosse respondido, se realmente estes parques vão ter Wi-Fi ou não. E outra situação que eu queria questionar, que o Bloco de Esquerda também já trouxe aqui quando falámos na questão dos parques desportivos terem entrada através de um cartão, ou através de um código, eu acho que isso também podia ser feito nos parques infantis. Nós já trouxemos essa proposta, acho que até foi votada positivamente, por isso eu acho que é uma solução. Em vez de estarem a gastar dinheiro em equipamentos e que são caros, como vemos aqui cento e doze mil euros um parque infantil, eu acho que uma cerca, uma porta elétrica com um código, ou com um cartão podia facilitar essa situação. ---------- Estou aqui a falar e já existe nos outros lados. No Porto existe isto, em Lisboa existe, até já ficaram uns quantos lá dentro, tiveram que saltar o muro. ----------- Pediu o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mexilhoeira Grande José Vitorino da Silva Nunes, só para esclarecer aqui, a Mexilhoeira tem dois parques e estão os dois vedados. O da Mexilhoeira está completamente vandalizado, porque os senhores entram para lá quando aquilo fecha, o portão fecha automático, tem um relógio e os rapazinhos entram lá para dentro, portanto, e dão cabo de tudo. Portanto, não sei como é que se vai fazer, só se a gente fechar tudo por cima. ------





----- Quando a falta de civismo atinge estes pontos, quer dizer não sei o que é que se pode ----- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, respondendo à pergunta que me esqueci, deputado Pedro Mota, acerca do Wi-Fi, só o parque da Alameda é que tem Wi-Fi, mas é um caso a pensar e devemos, se calhar, aumentar para outros parques, mas eu não posso deixar, ouvindo o que estamos a falar aqui, quando o civismo das pessoas, olha-se para o parque da Alameda que tinha umas lonas bem altas e vão fazer trampolim para cima das lonas, acho que está tudo dito e, portanto, só se metermos arame farpado. Vamos vedar tudo, fazermos uns grandes muros e depois ninguém brinca lá dentro, ninguém pode brincar, porque na realidade quem quer vandalizar vai sempre encontrar maneira de vandalizar, e depois temos, acho que estamos todos de acordo aqui, até nós também estamos de acordo, a manutenção tem que ser periódica, e por isso também queremos dar às Juntas de Freguesia, que têm muito mais proximidade do que a Câmara Municipal para fazer este apoio e para fazerem a manutenção dos parques infantis. Tenho dito, senhora Presidente. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega Mário Nelson de Barradas **Espinha**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer porque não, já que estão numa parte um pouco humorística, porque é que não se começa a ensinar nas escolas, à génese humana, nisto aos alunos, para serem um bocadinho mais conservadores. É uma palavra que a bancada Socialista não gosta muito de ouvir, mas eu preservo muito o conservadorismo e aí devíamos, porque se instituíssemos esse espírito de conservadorismo nas escolas, de facto não fariam esses vandalismos nas partes lúdicas e não só, não só nas partes lúdicas. Disse, obrigado. ----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, para dizer que gostava de perguntar ao senhor Vice-Presidente, já que ele disse há um bocado que carecia de autorização prévia da Comissão Nacional de Proteção de Dados, a questão da videovigilância para os parques infantis e muito bem, eu gostava de saber se ele já a pediu, ou se por acaso o executivo já pensou nalguma forma de assegurar a segurança desses locais e a preservação do seu património, não é? Tenho dito. ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, para dizer que a resposta é fácil. A senhora Presidente já deu uma entrevista, já disse que queremos ampliar a videovigilância, vamos pedir para outras zonas, mas os parques infantis não são os sítios mais inseguros e, portanto, não estamos a pensar pedir para todos os parques. Aliás, também julgamos que as crianças também têm que ter privacidade para





poderem brincar. Não podemos agora pelos maus estar a condenar todos os bons, portanto acho que isto também tem que ter alguma complacência e temos que ter aqui, na manutenção estamos todos de acordo. ----------- Quanto à videovigilância, também acho que não temos que andar aqui com um polícia a cada esquina. Tenho dito, senhora Presidente. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega Jorge Melo, deixo só uma questão. Se há tanta dificuldade na manutenção e nesta gestão dos parques, porque não substituir estes parques pelo verdadeiro tão prometido parque da cidade, aos anos que está prometido, torná-lo grandioso, com segurança, com guardas, com videovigilância e um parque para todo o Portimão. Aquele parque que toda a gente promete e ninguém o cumpre. Obrigado. ----- Pediu o uso da palavra, a líder da bancada da CDU (PCP/PEV) Maria de Lurdes Sousa Vales Melo Nogueira, que começou por cumprimentar todos os presentes, e explicar que irão acompanhar esta proposta, gostariam era de perguntar se nestes parques que não consegue ver nos croquis, se está aqui considerado o que a lei agora exige, que são os parques adaptados, para todo o tipo de crianças e de utentes. ----------- Quanto ao problema da manutenção, é realmente um problema que não é só construir, é necessário manter, e gostaria também de perguntar aqui aos senhores Presidentes de Junta se realmente têm pessoal suficiente para essa manutenção. ---------- Outra questão aqui, é em relação ao vandalismo. Pois a questão do vandalismo se calhar deveríamos de começar pelas próprias famílias e deveríamos realmente ensinar todas as pessoas que compõem essas famílias, porque a escola tem um papel, mas não se pode substituir às famílias, e por isso se calhar deveríamos todos nós interrogar-nos o porquê desta questão, não só da violência, como do vandalismo, e pronto é uma questão aberta que eu deixo aqui. Muito obrigado. ---------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PS Joaquim Paulino <u>Pacheco Duarte</u>, para dizer que não se quer alongar, quer felicitar todos pelas preocupações manifestadas, são muito legítimas, mas relembrar que estão a discutir um problema político e estão a enveredar por questões técnicas que quanto muito competiriam aos técnicos municipais sugerir soluções para a resolução destes problemas. Não há nenhum município, posso assegurarvos em todo o país que tenha estes problemas resolvidos a cem por cento. Aliás, as soluções técnicas são tão amplas que vão desde a abertura total ao fecho com códigos, à vedação com arame farpado, até montes de soluções, a conceção técnica do próprio equipamento, como eu dizia há um bocadinho, e daí a minha felicitação, vai desde a introdução no parque de lazer, que





vulgarmente se chama de jogo e recreio e que está a ser designado aqui por parque infantil, de ter equipamentos destinados à população sénior, manutenção da atividade física e através dessa presença garantir uma maior proximidade humana no equipamento, associando a vigilância em parceria com as populações mais jovens, e daí esta panóplia de preocupações é legítima, mas relembro, são preocupações técnicas que deverão competir aos técnicos quando apresentam o envelope do equipamento a fazê-lo acompanhar desse conjunto de preocupações. A nós, e desculpem a modéstia, deveria competir aprovar ou não aprovar, criticar ou não criticar aquilo que começou por ser a discussão desta Assembleia, que é a questão política do protocolo da descentralização de competências e da dotação de recursos para a execução destas problemáticas que são muito complexas e que repito, na minha modesta opinião, não é o fórum mais próprio para discuti-las. Tenho dito. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **Luís Filipe Custódio**, é só para dizer que o bem-estar das crianças não é discutir política, é o bem-estar das crianças. Isto é o primeiro ponto. ----------- O segundo ponto, é dizer que o Chega vai manter uma atenção redobrada na manutenção dos parques. Obrigado. ----------- Pediu o uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvor **Ivo Miquel** Inácio Carvalho, no sentido de responder à deputada Lurdes, é assim, já ouvi, eu não sei se saio contente se saio triste deste ponto, porque há realmente aqui um desconhecimento sobre aquilo que é a gestão autárquica local no que respeita às Juntas de Freguesia, nomeadamente os parques infantis. Estamos aqui três presidentes de Junta, um recém Presidente de Junta e esta realidade não é tão fácil e não se consegue de uma forma tão rápida resolver problemas relativamente aos parques infantis. ----------- O senhor deputado Luís Custódio falava no parque infantil do Castelo, e eu posso-lhe dizer que o parque infantil do Castelo foi requalificado em 2021 em plena pandemia, nomeadamente o piso e os equipamentos. Curiosamente, esse mesmo parque infantil que o senhor frequenta e conhece, que é à porta fechada, com horário de abertura e de encerramento por funcionários das Juntas de Freguesia, tinha câmaras de vigilância, três ou quatro. Facilmente comprova, se for lá, olha que ainda tem lá as estruturas e sinalética dessa mesma videovigilância e foram as três câmaras completamente destruídas e vandalizadas por, não digo crianças, mas jovens que frequentam aquele parque, ou frequentavam, porque isto foi no mandato do meu antecessor Presidente Dr. Santana. Perceba-se que estamos a falar de um parque à porta fechada com três câmaras de videovigilância no centro de uma vila, porque também já ouvi dizer se calhar temos





que repensar as localizações ou parques grandes. Enfim, portanto é preciso também ter aqui uma responsabilidade geográfica das freguesias. Por outro lado, gostaria ainda de referir outra questão, que é, passou mas vou já aqui à Lurdes Melo. É assim, depende daquilo que é a conservação e a manutenção dos equipamentos, não é? ---------- No meu caso concreto, permitam-me que faça isto para se perceber que acho que todos nós temos... há aqui uma linha de raciocínio, eu estou completamente à vontade para falar de parques infantis. ---------- Eu no mandato anterior, eu Junta, nomeadamente com protocolos com a autarquia e a Câmara, fizemos dois parques infantis, o parque infantil das Sesmarias, o parque infantil dos Montes de Alvor. Requalificámos o parque do São João, requalificámos o parque infantil do Castelo e ainda revitalizámos uma área mais desportiva no complexo desportivo de Alvor. Portanto, todos eles foram percebidos, assim como com o município já estão identificados dois parques na freguesia que necessitam de ser requalificados, porque os equipamentos já têm um maior prazo de vida e requerem realmente essa necessidade, e isto para dizer o quê, cada equipamento deve ter a sua especificidade pela sua localização e pela sua frequência de utilização. Portanto, isto não é chapa cinco, e há aquilo que é uma manutenção preventiva e há aquilo que é o arranjo e a reparação, nomeadamente esses arranjos e essas reparações não podem ser feitas pelos funcionários da Junta de Freguesia, quando me questiona se eu tenho ou não pessoal em número suficiente. Portanto, todos eles são vistos, pelo menos há semana e meia, pelo pessoal que faz os espaços verdes e eles na sua envolvente, todos eles têm espaço verde, e os nossos funcionários zelosamente olham pelos os equipamentos. Portanto, isto não é uma chapa cinco, permitam-me a expressão naquilo que é a gestão, conservação e manutenção dos parques infantis. Portanto, nós temos essa consciência, mas também é importante perceber só para fechar, que também tivemos um período... neste momento, os parques infantis são feitos através de protocolos de gestão e manutenção das Juntas de Freguesia, mas há parques infantis que existem neste momento que não o eram. Portanto, ainda estão a ser passadas, negociadas, e bem, essas responsabilidades com o próprio município, entre aquilo que é a sua, neste caso, requalificação, como é o caso na nossa freguesia com o jardim da Má Partilha, tem lá um parque infantil e o mar e serra, e temos essa consciência e o município já deu o primeiro passo, sim senhora, vamos ver o que é que temos que fazer, como o senhor Vice-Presidente disse e bem, não é agora, é a seguir. Portanto, há aqui um conjunto de especificidades, e até o professor Paulino referiu e bem, os equipamentos hoje não se querem todos da mesma maneira, quer dizer, a oferta tem que ser diversificada. O nosso, das vilas da Bemposta, tem uma





especificidade, porque está geograficamente entre dois parques infantis, permitam-me a expressão, tradicionais, com a mola, com o balancé, com um baloiço. Portanto, eu percebo e aceito claramente porque estou do outro lado, que não venha tudo isso descrito ao pormenor como eventualmente deveria ser passado a esta Assembleia, mas pronto, permita-me tomar este tempo, senhora Presidente, mas acho que também é importante passar aqui um pouco das dores e das dificuldades por vezes que nós temos no terreno, porque vejo serem aqui enumeradas com uma facilidade e com uma permeabilidade de execução, pronto, infelizmente não é bem assim, era bom que fosse, mas naturalmente essas preocupações não deixam de estar presentes e serem bastante pertinentes, pelo menos, e acho que os colegas partilham do mesmo sentimento, nas Juntas de Freguesia com essa responsabilidade. Muito obrigada, senhora Presidente. -----------Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, submeteu à votação o **Ponto2. a)** Discussão e Votação da celebração de protocolos de Cooperação com as Juntas de Freguesia do concelho, para a construção e/ou beneficiação de parques infantis e de lazer - ao abrigo da al.K), do nº 1, do art.º 25 da lei 75/2013, de 12/09, " Compete à Assembleia Municipal, sob Proposta da Câmara Municipal, autorizar a celebração e denúncia de contratos de delegação de competências e de acordos de execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia" nos termos da Proposta - Deliberação nº725/22,tendo sido obtido o seguinte resultado: ------

VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	5	3	2	2	1	1	1	30
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VOTOS CONTRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). ------

que se seguia para debate, o ponto 2- b) - Discussão e votação da alteração orçamental





----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Goncalves Marques Caetano, para dizer que não queria alongar-se muito. Eu li com atenção aqui o documento que vem de suporte aqui desta proposta, e figuei de alguma forma surpreendido com o grau de deficiências que aquele viaduto apresenta ali na zona do hotel Tarik, portanto, entre a zona ali da D. Martinho Castelo Branco e a praia da Rocha. E a pergunta, quando se olha para as fotografias, quando se lê o relatório aqui de avaliação técnica da infraestrutura, a pergunta que me saltou à cabeça foi se aquilo oferece condições de segurança neste momento para a circulação, nomeadamente de automóveis, e se não há ali riscos para a segurança das pessoas e bens ali naquela zona, quer com a questão das fissuras, enfim a questão das juntas de dilatação se calhar não tanto, eu não sou engenheiro civil nem sou especialista na matéria, mas olhando para o relatório, pelo menos a questão das fissuras e da própria sustentação do tabuleiro do viaduto nos pilares pareceu-me preocupante e, portanto, a pergunta que eu colocava era, primeira, se o viaduto neste momento oferece ou não condições de segurança para pessoas e bens naquela zona enquanto a empreitada não é feita nem iniciada, e depois quanto tempo é que eventualmente demorará até iniciar-se a intervenção ali no equipamento. Disse. ------

----- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD **Rui Norte**, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que a análise técnica que o documento permite, de alguma maneira é muito pouco esclarecedora. Ao contrário do deputado Caetano que está aqui ao meu lado, eu sou engenheiro civil e a questão que levanto é, primeiro, o REBAB foi alterado em 2019. Portanto, apesar de haver um período de transição, custa-me que uma





clara, pouco ou nada sucinta e que não prevê aquilo que são os mínimos da construção civil, ou seja, vamos fazer picagem de betão, e o orçamento nem sequer prevê um contentor de resíduos. Por outro lado, nós temos um custo de estaleiro de cento e dez mil euros que dividido pelo prazo de obra previsto são cento e vinte dias, sensivelmente quatro meses, dá vinte e sete mil euros por mês. Portanto, não há mapa de equipamentos, eu não sei que equipamentos é que o perito entendeu que iriam ser necessários, e depois, quer dizer, apresentamos um custo de estaleiro de cento e dez mil euros para pôr dois contentores, sinalização rodoviária, pouco mais. Portanto, fica aqui um bocado aquém o trabalho do perito.

----- Para os senhores deputados terem uma maior consciência, a empresa em questão, tem nada mais nada menos do que cinco adjudicações em contratos públicos, nenhuma delas fala em reabilitação ou reforço estrutural, e muito menos de um viaduto com a intensidade de tráfego como este representa para a nossa cidade. Por outro lado, e para terminar, importa clarificar, sendo este um viaduto principal e estruturante na nossa cidade, como é que se vai fazer o faseamento da reabilitação e do reforço eventual. Porque das duas uma e como foi aqui já perguntado, ou fechamos totalmente o viaduto e há necessidade de reestruturar aquilo que é a





circulação do tráfego, ou então tem que ser apresentado um planeamento para podermos intervencionar na estrutura. Tenho dito. ----------- Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano, para dizer que tem uma dúvida que se prende com o valor da empreitada. Na documentação que nos foi facultada, fala que foi agui aprovado em Assembleia Municipal guatrocentos mil e guinhentos mil euros, e que depois haveria aqui um reforço previsto de quinhentos e oitenta mil euros. Portanto, a minha dúvida, é se o valor total da empreitada é a soma destes dois valores. Se alguém me pode esclarecer o valor global, e por outro lado, uma vez que está previsto um prazo de execução de cento e vinte dias, e atendendo e pegando aqui nas palavras do meu antecessor orador do PSD, o senhor engenheiro que deu aqui algumas notas que foram úteis, uma vez que esta via é essencial ao tráfego rodoviário, se está prevista alguma penalização na hipótese do empreiteiro não respeitar este prazo de execução de cento e vinte dias. Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Chega **Mário Nelson de Barradas** Espinha, para dizer que vai ser rápido. O Partido Chega fez uma proposta em reunião de Câmara, em que aludia não só a este aqueduto, como a todos os outros aquedutos na cidade de Portimão, a todos os viadutos. De modo que, são para se ter conhecimento. Obrigado. ----------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miquel <u>Peixinho Alambre Bila</u>, queria só fazer uma intervenção, que realmente de aspetos técnicos ainda bem que ficou gravado em ata, pois vamos passar então para os nossos técnicos, que é para eles poderem responder e para saberem se é a empresa, ou quem fez, é credenciada, é ----- Nós temos que votar hoje é uma alteração orçamental para podermos fazer a obra. O que vamos votar hoje, é uma alteração orçamental para podermos fazer a obra e, portanto, de aspetos técnicos não vou falar e, portanto, estão aqui como políticos. É para isto que a Câmara Municipal tem técnicos, e nós confiamos nos técnicos da Câmara Municipal e nos técnicos que fizeram o relatório. Se estivesse em perigo, o viaduto já teria sido fechado. Neste momento, passaria a palavra ao meu colega José Cardoso, mas não é para responder a assuntos técnicos, é ----- Ficou com o uso da palavra, o senhor vereador da Câmara Municipal José Pedro Cardoso, que começou por cumprimentar todos os presentes, e dizer que este assunto é uma alteração permutativa, o que significa que por vários motivos, estas alterações fazem-se por motivos diversos, neste caso o motivo prende-se com o facto de quando este projeto foi incluído no





orçamento, ele tinha uma estimativa de custo de quatrocentos mil euros, que é o valor que a deputada Marta Caetano referiu, e após o apuramento do valor de intervenção que advém do relatório técnico e do articulado das intervenções a fazer com a respetiva quantificação, fica fechado em seiscentos mil euros mais IVA de grosso modo. ---------- Significa que quando temos que fazer um aumento do valor global de um projeto que está orçamentado em PPI, ou reprogramação no tempo, tem que ser feita uma alteração permutativa. Portanto, o valor apurado foi superior à estimativa que estava no orçamento e daí a alteração permutativa. ----------- Relativamente às questões do senhor deputado do PSD, eu julgo que é do PSD que eu não conheço pessoalmente, ainda não sei o nome de cor, só dizer que relativamente aos considerandos técnicos que fez, são certamente válidos, mas de certeza que os nossos técnicos, tanto na escolha da empresa, como no acompanhamento da obra, como na identificação do problema e no levantamento das necessidades, foram criteriosos. De qualquer das formas, se tiver alguma questão de monta que considere ser analisada, pode fazê-la chegar ao executivo municipal e ela será avaliada, sendo que neste momento, o que estamos aqui a votar é a abertura de um concurso público. Portanto, depois desta aprovação vai ser aberto o concurso público para adjudicar a obra a uma empresa que não será esta, será uma empresa que vai concorrer para fazer a obra. Esta empresa foi contratada para fazer a peritagem técnica e o respetivo levantamento das necessidades, e depois desse concurso público, temos um prazo de cento e vinte dias. Como em qualquer obra municipal pública, o plano eventualmente de adaptação do tráfego rodoviário, ou de alguma alteração de trânsito, ou de algum interrompimento de via que possa advir da obra, será apresentado na altura em que a obra for para o terreno, com os respetivos planos de segurança e com os planos de alteração do tráfego rodoviário que forem necessários, caso se verifique ou não. Eu, olhando para a documentação que aqui temos, não sei se isso será necessário, mas se o viaduto tiver que ser fechado, as principais intervenções que aqui temos em termos de anomalias, os pilares até nem sequer são no meio da via, até são na zona do passeio, até podem ser intervencionados, parece-me, sem corte da V3, mas como digo se o viaduto tiver que ser fechado, e certamente terá para as

----- Só respondendo à deputada Daniela do PAN, o orçamento é dinâmico. Quando nós fazemos o reforço de um projeto com recurso a verba de outro projeto, não significa necessariamente que

intervenções que tiverem a ser feitas no tabuleiro e noutras áreas estruturais do viaduto, há alternativas viárias suficientes, para que o trânsito da cidade não fique interrompido naquela zona.





exista alguma obra que deixe de ser feita, apenas se verifica que existe uma rúbrica ou um projeto no orçamento que tinha a disponibilidade orçamental para reforçar neste momento esta obra, mas que se esse projeto tiver de ser realizado não deixa de o ser devido a esta alteração permutativa. Portanto, de grosso modo, na prática não invalida qualquer obra, qualquer alteração permutativa. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada do Bloco de Esquerda Pedro Miguel Sousa da **Mota**, para dizer que só queria fazer aqui duas questões. Uma, se este documento não tinha que ser acompanhado pelo visto do Tribunal de Contas, apesar de que o valor até é superior àquilo que possa ser feito, e outra situação que eu queria perguntar aqui também, se também não têm que ter aqui o cabimento financeiro, se não deviam estar aqui cabimentados estes duzentos e tal mil euros. ---------- Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel **Peixinho Alambre Bila**, para dizer que esta alteração permutativa é mesmo para poderem cabimentar o valor. Depois de abrir o concurso, tudo o que tiver que ir a visto do Tribunal de Contas, depois irá para visto do tribunal de contas. Neste momento, é só a alteração permutativa para termos... este valor não precisa de ir a Tribunal de Contas, mas tudo o que tem que ir, depois de estar cabimentado, vai a Tribunal de Contas e depois vem o visto, mas neste valor não precisa, senhor deputado. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Chega **<u>Luís Filipe Custódio</u>**, para dizer que deixa só aqui uma questão no ar, que gostaria de ver esclarecida. Em relação ao início das obras, até ao início das obras, os técnicos se deram algum parecer em relação às condições de segurança da movimentação de pessoas e de veículos sobre o viaduto, ou seja, se poderá cair a qualquer momento, se tem um prazo como é lógico, para haver a intervenção da obra ou não, mediante a avaliação técnica que foi dada ao viaduto. Obrigado. -------------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Rui Norte, senhor vereador, eu percebi a sua questão e tem toda a razão, é só a deslocação do valor monetário, mas a questão é, a alocação e a estimativa que o perito aqui fez, é o que me preocupa efetivamente. ---------- Eu compreendo a sua posição e compreendo perfeitamente. A questão que aqui eu estou a levantar é, os trabalhos que apresentam neste orçamento, acredito serem insuficientes para darem cumprimento à legislação que neste momento é obrigatória, já não está no período de transição digamos assim, e o que me preocupa concretamente é, mais uma vez estamos a reabilitar uma infraestrutura importante na nossa cidade com critérios antigos. O REBAB é de





VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
VOTOS A FAVOR	15	0	3	2	2	0	1	0	23
ABSTENÇÕES	0	0	0	0	0	1	0	0	1
VOTOS CONTRA	0	5	0	0			0	1	6

(*) Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança). ------

------ Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) **João Pedro Gonçalves Marques Caetano**, para dizer que tem algumas dúvidas em relação a esta proposta. Eu se li aqui bem, isto tinha aqui uma verba que estava





orçamentada para 2022 de setecentos e cinquenta mil euros aqui para esta empreitada da iluminação e vinte mil euros para 2023. ---------- Depois, há aqui uma alteração em termos de escalonamento daqui das verbas a gastar, e vem aqui uma proposta de adjudicação aqui a uma empresa, Cunha Bastos Limitada, com o valor de seiscentos e noventa e oito mil e trezentos euros mais IVA. Eu estive aqui a fazer contas, não é a minha especialidade mas estive aqui a fazer contas, ainda consigo fazer umas contas de multiplicar, de subtrair e de somar, por enquanto, e dá-me aqui um valor que não tem que ver com o valor que está aqui, dá-me um valor diferente deste valor que está aqui, dos seiscentos e noventa e oito mil e trezentos mais IVA, o valor que me dá é um valor superior, dá-me oitocentos e quarenta e quatro mil novecentos e quarenta e três euros e, portanto, figuei aqui baralhado e gostava que o senhor Vice-Presidente, ou alguém do executivo permanente aqui, desse uma explicação clara e objetiva sobre o que é que envolve aqui esta alteração permutativa em termos de reescalonamento aqui da despesa nos anos seguintes, nos exercícios seguintes, ou seja, nomeadamente 2023 e 2024, porque 2022 está no final, não é? Termino só dizendo que realmente a proposta, apesar da informação técnica que vem aqui anexa, é um bocadinho dúbia e pouco ------ Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano, é só aqui um pequeno esclarecimento. ------------ Da documentação que foi facultada, consta aqui que houve um financiamento de oitenta por cento dado pela União Europeia. Queria saber qual foi o valor concreto a que correspondem estes oitenta por cento de financiamento. Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, olhando para esta proposta, causa-me alguma estranheza aqui todo este processo, ou seja, o processo teve início em 2018, foi aprovado em reunião de Câmara em 2019, é lançado o concurso público, é publicado em janeiro de 2020 e agora passado três anos é que finalmente ele está pronto a ser adjudicado. Qual foi o problema, o que é que aconteceu para demorar três anos um concurso público a chegar ao fim. ----------- Outra questão, e apesar de muito bem dito há um bocado pelo senhor vereador José Cardoso que os orçamentos são alvos dinâmicos, eles também são indiciários das nossas intenções, e aqui há uma intensão que me deixa algo receoso. Quando eu vejo que o dinheiro deslocado para esta obra, que tem o seu mérito com certeza, é o dinheiro da construção da V2 da





ligação à zona da Bemposta. Será isto indicativo que o executivo desistiu dessa ligação? Deixo a pergunta.
------ Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, senhora deputada Marta Caetano, o montante máximo elegível era de

------ É só fazer as contas. -------

----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Goncalves Marques Caetano, eu estou, enfim, não vou dizer que estou espantado, porque isto enfim, a gente sabe como é que aqui as coisas são, não é? Senhor Vice-Presidente não pode ser assim, não é? Não podem pedir à Assembleia que faça uma alteração permutativa e depois é este valor e, portanto, faz-se as contas e logo se vê quanto é que é no fim. Não, as contas são muito simples. O senhor acabou de confirmar aí que são seiscentos e noventa e oito mil e trezentos euros vezes vinte e três por cento do IVA, somando os vinte e três por cento do IVA pelas minhas contas dá oitocentos e quarenta e quatro mil euros. Então se calhar fiz a vinte e um por cento, peço desculpa. Pior ainda, pior ainda, a diferença ainda é maior do que está aqui na documentação e, portanto, quer dizer, ou bem que há aqui algum rigor, estamos a falar de números. Ou bem que há aqui algum rigor nos valores, enfim, ou então isto é tudo a mesma coisa. Quer dizer, vir menos cem mil mais cem mil, é tudo a mesma coisa, depois no fim há-de bater certo. Isto quando estamos a falar de números e de contas, acho que tem que haver uma preocupação acrescida, quer do executivo, quer depois aqui de nós que estamos aqui a discutir o assunto e a votar, em realmente constatar se isto está correto ou não, e neste caso manifestamente não está. Quer dizer, isto são contas elementares. ------

----- Agora, quando o senhor me diz, bom é esse valor mas depois fazem-se as contas, olhe, bom, fiquei na mesma. Portanto, agradecia que fosse mais claro, senhor Vice-Presidente. ------





Peixinho Alambre Bila, faço questão de amanhã mesmo responder-lhe por escrito com os dados todos. Hoje aqui, é verdade senhor deputado, é verdade, mas hoje aqui não tenho, amanhã faço questão de com os técnicos mandar-lhe por escrito tudo detalhado com o valor que está e de certeza que está correto.

Peixinho Alambre Bila, este projeto tem quinhentos dias de execução e por isso a obra que temos que fazer e, portanto, eu faço questão mesmo de amanhã mandar por escrito para todos como é que foi o cabimento feito na realidade, tim-tim por tim-tim e, portanto, amanhã com os nossos técnicos vou mandar. Agora o que está, estão na posse dos documentos todos para a obra que queremos fazer e para a empreitada da reabilitação que queremos fazer.

Venâncio Quadros, para dizer que tem aqui uma questão muito simples a colocar. Se foi apresentada a candidatura para comparticipação financeira comunitária por parte da Câmara Municipal em relação a esta obra, estranho que não saibam qual é o valor que foi apresentado. Eu tenho aqui documentos com valores que ninguém consegue esclarecer, e aliás nós estamos aqui para votar uma proposta que estão a revelar a informação para amanhã. Se calhar talvez houvesse todo o interesse em alterar esta ordem de trabalhos e pôr se calhar esta ordem de trabalhos para a Assembleia seguinte, porque isto parece, isto é estranhíssimo, é que não estamos a falar numa proposta que irá ser apresentada, não, estamos a trabalhar numa proposta que já está a laborar em cima de uma candidatura que já foi apresentada aos fundos comunitários. Isto tem que haver um certo rigor. Quer dizer, eu não percebo como é que trazem o resto da informação à Assembleia Municipal, amanhã o técnico explica. Então se é para amanhã o técnico





Peixinho Alambre Bila, não, mas mesmo para dar todos os documentos que é necessário, retiramos este ponto e vem numa próxima Assembleia. Acho que não faz sentido. Não quero que lancem nenhuma dúvida e não quero que haja nenhum problema com estes documentos. Não, tem razão senhor deputado e, portanto, retiramos este assunto e vem na próxima reunião. Tenho dito, senhora Presidente.

Gomes Alves, para dizer que àquilo que ele ia propor, portanto já foi respondido. Agora, o que eu proponho é que no futuro, porque cada um de nós tem a nossa responsabilidade, tal como a vereação tem responsabilidade também, portanto, ao trazerem os documentos a esta Assembleia, eles que venham bem elaborados, sem dúvidas. O que hoje aqui ouvimos, todos eles têm dúvidas e, portanto, eu gostava muito de aprovar e de dar o meu contributo de aprovação, mas com dúvidas não dou, peço desculpa. Portanto, eu peço à senhora Presidente quando receber propostas do executivo, que verifique se essas propostas têm base ou não têm a base. É só isso, e penso que foi isto que a maioria dos deputados aqui disse e que nos preocupa, como é lógico, e quando há dúvidas, fez bem em retirar o ponto e não estamos a duvidar, a gente quer é esclarecer para poder votar com consciência naquilo e na responsabilidade que nós temos pelo facto de estarmos aqui a votar a favor ou contra, principalmente a favor, pelos dias que correm hoje, não sei. Obrigado.

Guerreiro, para dizer que relativamente à questão da mesa, a mesa não faz análises do ponto de vista matemático e formal relativamente a isso, e é a mesa. Nós não nos substituímos nem à divisão de assuntos jurídicos, nem à divisão de assuntos financeiros, nem à divisão de planeamento, nem à divisão de obras e urbanismo. Senão teríamos que criar uma outra Câmara ao lado da Câmara Municipal para responder aos assuntos. Portanto, temos que confiar naquilo que o executivo manda, naquilo que os técnicos da Câmara elaboram, eles não fazem cabimentação, contrariamente às ordens dos vereadores. Não há vereador nenhum que obriga um técnico da divisão financeira a cabimentar matéria que eles entendem que não está correta. Portanto, primeiro temos a informação dos técnicos e depois temos o despacho dos vereadores e a





seguir temos a reunião de Câmara quando não têm a competência delegada para o efeito. A Assembleia Municipal tem que aferir, e é isso que tem o cuidado de fazer, aferir da legalidade dos documentos e da competência da Assembleia Municipal para se pronunciar e, portanto, o que a mesa da Assembleia faz quando recebe, é ver da competência da Assembleia Municipal, da competência para se pronunciar e não tenha dúvidas que o fazemos com a máxima seriedade. Daí que na ordem de trabalhos diga concretamente qual é a alínea do diploma que nós temos competência e isso está elencado, em todas elas, e está especificado e discriminado. ------------ Relativamente às cabimentações, nós não vamos fazer contas relativamente a essa questão nem é da nossa competência. A mesa da Assembleia tem dois funcionários, e é com base na análise que fazemos que depois... se o executivo entender, porque hoje não estava na posse dos documentos todos para esclarecer de forma cabal esta deliberação, não quer dizer que ela não esteja correta, a proposta de deliberação não esteja correta. Há dúvidas legítimas da parte dos senhores deputados, puseram essa questão ao senhor Vice-Presidente e ao executivo, o executivo tem soberania e legitimidade para mandar retirar, mandou retirar. Portanto, nós cumprimos isso, mais nada, só isso. ----------- Eu queria só pedir-vos uma coisa. Ao retirar o assunto, este assunto digamos assim, está retirado, mas façam favor. --------------------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, quanto a esta matéria, eu faço minhas as palavras do meu colega de bancada Natalino Alves e quero desde já propor que também seja retirado o próximo ponto, porque os últimos dois pontos, isto, os documentos técnicos aparentemente têm algumas deficiências, no próximo ponto não tem qualquer documento técnico, não tem qualquer justificação, não tem qualquer parecer nem qualquer proposta. Portanto, eu peço desde já que seja retirado. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, ó senhora Presidente, eu só queria fazer aqui uma observação sobre aquilo que a senhora Presidente acabou de dizer. Mal seria que a Assembleia estivesse a deliberar sobre matérias para as quais não tem competência, e é óbvio que a mesa tem que fazer essa aferição, mas isso é uma coisa que é evidente. Vamos lá convir todos, é uma coisa que é evidente, porque enfim, para começar, nem a Câmara submeteria assuntos à Assembleia para os quais a Assembleia não tem competência, e muito menos a Assembleia iria ocupar-se de deliberar sobre assuntos para os quais não tem competência. A questão que estamos aqui a tratar nem é essa manifestamente, e contrariamente àquilo que a senhora Presidente disse, a mesa, e já aconteceu no passado, deixe-me relembrar-lhe isso, a mesa quando tem dúvidas





sobre, nomeadamente, a instrução dos assuntos que são submetidos por deliberação da Assembleia, a mesa e bem, que tem toda a legitimidade para o efeito, pode suscitar essas dúvidas ao executivo. Aqui foi o que aconteceu, ou que devia ter acontecido nesta situação também. Aqui neste ponto, que foi agora retirado pelo executivo, há aqui insuficiências, digamos assim, dos documentos que vieram e há incongruências que são manifestas, porque, como foi aqui dito por várias bancadas, basta fazer contas de somar, de subtrair e de multiplicar também. ----------- Agora, eu admito que a senhora Presidente não tenha tido tempo para analisar de uma forma mais cuidada o documento, isso aí admito perfeitamente. Se calhar compete é à Assembleia, ou à mesa da Assembleia eventualmente fazer essa aferição, mas também há aqui uma questão que tem que ser dita. O executivo, independentemente da termitação procedimental que a senhora aí relembrou e bem, tem obrigação de, quando submete matérias deste cariz, nomeadamente este cariz financeiro, à Assembleia, deve haver aqui algum rigor e algum cuidado que não tem havido, nomeadamente aqui neste ponto, porque já houve situações no passado, e há aqui algumas pessoas que lembrar-se-ão disso, que enfim, aprovar aqui alterações de instrumentos financeiros depois pode gerar aqui responsabilidade financeira dos membros da Assembleia e, portanto, nós temos de ter muito cuidado com o que é que estamos aqui a tratar, e ou bem que as coisas vêm bem instruídas e bem documentadas e não suscitam dúvidas. ---------------------------- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que queria só chamar a atenção ao seguinte. Neste momento, pelo facto de ter sido retirada a proposta, os tempos zeraram e, portanto, não dá para controlar os tempos. Dando a palavra por uma questão de contraditório, e dei a palavra... agora eu não quero que isto se arraste, porque aquilo que disseram já foi dito, digamos assim, de alguma forma, e estamos agora a falar sobre a própria mesa. Eu gostaria que terminasse rapidamente porque uma questão traz a outra. ----------- Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, era só para alertar o executivo para que situações destas no futuro não voltem a acontecer e que haja aqui rigor e cuidado neste tipo de assuntos em que as coisas venham devidamente instruídas, suportadas em documentação e que no fundo os números batam certo uns com os outros. Disse. ------------ Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez** Guerreiro, para dizer que só faz esta questão e só põe este esclarecimento. Obviamente, quando as propostas de deliberação vêm para a mesa, a mesa analisa, e não aceito o argumento de falta de tempo da mesa. Agora, eu não tenho dúvidas de que estes números que estão aqui serão explicados por técnicos, não tenho dúvidas nenhumas. Que o executivo não tenha neste momento





a justificação para explicar os números, também assumo isso. Agora, a mesa da Assembleia só pede esclarecimentos quando esses esclarecimentos são suscitados. Na leitura dos documentos, nem na conferência de líderes foi qualquer discussão relativamente a isto e, portanto, foi agendado. Ó senhor deputado, eu tenho que lhe dizer isto, peço desculpa. Ó senhor deputado, nós temos o cuidado e a Dra. Vanda tem o cuidado de mandar as deliberações da reunião de Câmara que vão sempre sendo colocadas no site da Assembleia Municipal. Não foi suscitado, se essa questão fosse factualmente visível e ostensiva... eu não vou entrar em discussão, eu estou a dizer é que não foi suscitada qualquer dúvida na altura. Ó senhor deputado, eu não sei se podia ser ou não, eu estou a dizer factualmente que não foi. Ó senhor deputado, não foi, eu não posso admitir, ó senhor deputado, eu tenho que lhe dizer isso, eu não posso admitir que o senhor deputado diga que a mesa da Assembleia não teve tempo e provavelmente agendou isto por falta de tempo. Então, desculpe, disse isso, isso está gravado, disse isso e isso está gravado. Não, disse isso, isso está gravado.

------ Agora, a partir do momento em que diz isso, eu tenho que ter a liberdade de lhe dizer que em sede de conferência de líderes também nenhum dos partidos levantou qualquer questão sobre estas propostas de deliberação, e ficava por aqui, porque tenho a certeza que haverá justificação para os números que foram aqui apresentados. Se não houver, obviamente o executivo apresentará a sua justificação.

Peixinho Alambre Bila, para dizer que este assunto já foi retirado, tem que ser melhor fundamentado, já chegaram todos a acordo nisso também. Ainda no outro dia o vereador Pedro Xavier tinha apresentado um documento para alterações permutativas, estipular tudo onde é que vamos tirar e onde é que vamos colocar a verba e, portanto, é isso o que já estamos a fazer. Estes assuntos ainda não vieram assim, mas têm que passar a vir, portanto estamos todos de acordo com isto.

----- Agora, uma alteração orçamental permutativa é um reforço, ou uma anulação de verba, não tem a ver com o pagamento efetivo do valor final que vamos fazer e, portanto, também estamos aqui a fazer aqui uma grande confusão, porque eu tenho a certeza que estes valores estão bem cabimentados para esse serviço, e o serviço competente que o fez, fez em condições e, portanto, tudo o que os serviços fizeram de certeza que está bem, amanhã será explicado esta verba e depois virá a outra reunião. Aliás, pelo andar destes assuntos, estes assuntos passarão, se calhar, para janeiro, porque depois entram no orçamento e já nem têm necessidade de vir a esta reunião e, portanto, é isto que eu quero que os senhores deputados percebam o assunto. Amanhã,





vai ser detalhado, porque acho que os assuntos também têm que ser melhor detalhados, para que todos tenhamos conhecimento do que é que estamos a aprovar. Compreendemos todos isto, chegámos a acordo também do que o senhor vereador tinha proposto, que temos que explicar melhor os assuntos e, portanto, é isso que vamos fazer. Tenho dito, senhora Presidente. ------O Ponto 2-c) Foi retirado pela Câmara Municipal de Portimão ------------------------- Em seguida, a Presidente da Assembleia Municipal, **Isabel Andrez Guerreiro**, informou que se seguia para debate, o ponto **2-d)** - Discussão e Votação, da 42ª alteração orçamental, - *ao* abrigo da al. a), nº 1, do art.º 25º da Lei 75/2013, nos termos da Proposta - **Deliberação nº** 771/22, declarando abertas as discussões para quem pretendesse usar da palavra. ----- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, ó senhor Vice-Presidente, afinal havia outra, pois temos aqui outra que, enfim, é lacónica no mínimo, não é, vamos dizer que é lacónica quanto à fundamentação. ----------- Agora, estou aqui a olhar para a única coisa que nos dá aqui alguma luz sobre o que é que está aqui na origem desta alteração orçamental, que é este quadro, digamos assim, e que tem aqui as alterações das verbas. Então, tenho aqui reforço de verba para departamento de ambiente, aquisições de bens de capital, investimentos, edifícios, instalações desportivas e recreativas, construções diversas, parques e jardins. Isto é onde se tem agui reforço de verba, e depois tem aqui outras rúbricas que têm diminuição ou anulação de verbas. Ora, a pergunta óbvia, pelo menos pela nossa parte é, que necessidades são estas e que compromissos são estes em concreto que determinam aqui esta alteração orçamental. É porque isto é um bocadinho vago, não é, porque, enfim, aquisições de bens de capital, dois milhões e duzentos e sessenta e oito mil euros, quase três milhões de euros, isto é, enfim, no mínimo é lacónico. Investimentos, mais lacónico ainda é, edifícios, um milhão oitocentos e oitenta mil euros, também já sabemos o que é que é, que edifícios é que são. Instalações desportivas e recreativas, idem, idem, aspas, aspas. Portanto, isto é um bocadinho obscuro, não é? Eu não estou aqui a pôr em causa a bondade da alteração orçamental, atenção, não estou aqui a levantar aqui dúvidas sobre isso. Quero crer que, enfim, e dou esse benefício de dúvida, que se propõem esta alteração orçamental, é porque isto é necessário para executar aquilo que está orçamentado. ---------- Agora, voltando atrás aqui no ponto anterior, isto careceria aqui de mais informação para

que nós tivéssemos aqui outro tipo também de bases para discutir e votar aqui o ponto. Disse. -----





------ Ficou com o uso da palavra, o Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, para dizer à senhora Presidente que gostava desde logo de dizer para que projetos são, que acha que era melhor, era mais fácil. Posso? ----------- O reforço da verba para um milhão e quinhentos mil, é para a requalificação paisagística do parque da juventude e a construção do parque radical e, portanto, naquilo que já falámos aqui hoje também para o senhor deputado do Bloco de Esquerda, que tem a ver também com o parque infantil do parque da juventude, que é para o parque da juventude ser todo reabilitado. ----------- A verba de um milhão trezentos e sessenta e oito mil, é para a construção do parque urbano do mercado, segunda fase, já foi lançado concurso, o valor não foi suficiente, foi novamente contabilizado e então é necessário esta verba para podermos abrir concurso da segunda fase do parque urbano do mercado. Tenho dito, senhora Presidente. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, é assim, a pergunta que eu tinha era mesmo essa, era preciso saber o porquê desta alteração de dois milhões e oitocentos, e estranhamos nós que não venha na documentação nenhum parecer de nenhuma divisão, nada. A única coisa que está aqui, e que foi entregue aos deputados desta Assembleia, é a dizer que a senhora Presidente despachou, aprovou esta alteração, mas não está explicado o porquê dos motivos e isso, e isto baseado simplesmente nestes documentos que nós temos agui, nós não podemos discutir isto, daí eu há um bocado ter dito e ter sugerido que o ponto seja retirado, para que seja apresentado o resto da documentação que falta aqui, porque é notório que falta aqui documentação, para que possamos discutir o assunto com seriedade. Agora, estarmos a discutir as coisas com leviandade, ou então dizermos, é para este projeto e é para aquele, mas é para este projeto, para aquele e o que é que esses projetos são exatamente, o que é que consistem, como exatamente no resto das alterações. No resto das alterações vieram esses documentos, vieram as plantas, vieram os projetos, vieram os orçamentos, vieram essas coisas todas, e este aqui de um valor de dois milhões e oitocentos não veio nada. Estamos aqui a falar de nada! Muda-se dois milhões e oitocentos de um lado para o outro e pronto, e nós temos que fazer fé e acreditar nas coisas simplesmente, acho que é pouco, acho que não estão reunidas as condições para análise deste ponto. Tenho dito. ------------ Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada do PAN **Daniela Marlene da** Conceição Duarte, de facto, nós também consideramos que a informação apresentada não é clara, e para quem não tem facilidade em ler mapas financeiros, a compreensão torna-se pouco fácil. -----





----- Nós tínhamos aqui também as questões que já foram levantadas, nomeadamente do parque da juventude e do parque urbano. Só não percebi se vão ser realizadas em 2023, deixo essa questão, e também já foi falado aqui da V2, pergunto também se será no próximo ano 2023. ------------ Pediu o uso da palavra, a deputada municipal da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) Marta Patrícia Gonçalves Marques Caetano, para confessar que está um bocadinho confusa. Eu daquilo que vi da documentação, fiquei com a sensação que esta alteração seria para orçamentar a obra do parque da juventude, do parque do mercado, do troço da V2 que vai até à V6 da parte da Bemposta e da V5 da Boa Vista à Penina, pelo menos é o que aparece nos mapas, sendo o valor global para tudo, dois milhões quatrocentos e catorze seiscentos e vinte. Portanto, eu gostaria que o executivo esclarecesse neste momento era, para que obras é que se destina, qual é o valor exato da totalidade e qual é o valor por obra, para sabermos exatamente aquilo que estamos aqui a votar, porque de facto, a documentação está confusa e quanto mais intervenções e explicações há, parece que mais confuso fica. Disse, obrigada. ------------ Ficou com o uso da palavra, o senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal Álvaro Miguel Peixinho Alambre Bila, para dizer que é das rúbricas de onde sai. Os viadutos, arruamentos e obras complementares, é das rúbricas de onde sai. As obras que são para fazer, são as outras duas que eu já disse com o valor de cada obra. Esse senhora deputada, já lhe disse o valor, estamos a discutir alterações permutativas, não estamos a discutir projetos. ------------ Eu, se me dão licença, isto são alterações permutativas que podiam ser a mais ou a menos em cada rúbrica. Estes valores que estão aqui podíamos orçamentar no ano que vem e as obras depois andariam no ano que vem. O que estamos a querer fazer, é lançar obra já este ano, porque achamos que são determinantes e que até muitas delas como o parque da juventude já deviam de estar feitas e, portanto, estamos a querer antecipar um mês para podermos lançar os concursos, e é o valor que saiu, foi onde a senhora deputada já disse, nos viadutos, nos arruamentos e obras complementares, que são obras que vamos lançar para o próximo ano, como é a V2 que já falaram aqui, que vamos tentá-la lançar para o próximo ano, e por isso tiramos destas rúbricas e metemos já para podermos lançar as obras agora já neste momento. Aliás, esta alteração permutativa já está há um mês na Assembleia, dada a urgência que achamos que este assunto é tão querido a toda a cidade e, portanto, queremos lançar o mais rápido possível. ------------ Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, ó senhor Vice-Presidente, isto é tão urgente, tão urgente que mais uma vez vem com falta de documentação e vem com pouca ou nenhuma clareza. Vamos lá por partes, senhor Vice-Presidente. Estamos aqui para tentar perceber o





que é que está aqui em causa que é para votarmos e discutirmos isto de uma forma séria. As verbas são retiradas aqui de acordo com o último mapa que diz que é para 2022 das empreitadas e das rúbricas que o senhor aí falou, via V2, via V5, parque urbano no mercado, parque da juventude, muito bem. E depois são aqui alocadas a outras rúbricas que como eu disse na primeira intervenção têm descrições genéricas. Fala dois milhões e oitocentos e sessenta e oito mil euros para aquisição de bens de capital, eu volto a perguntar o que é isto, o senhor não me respondeu. Depois, têm dois milhões oitocentos e sessenta e oito mil euros para investimentos, volto a perguntar o que é isso, o senhor não me respondeu também, edifícios, um milhão oitocentos e oitenta mil euros, volto a perguntar, o senhor também não respondeu, e depois tem agui o mesmo valor, instalações desportivas e recreativas, também não sabemos quais são. Construções diversas, um milhão e trinta e oito mil euros. Enfim, figuei na mesma, e depois o mesmo valor, um milhão e trinta e oito mil euros para parques e jardins. Isto é tão genérico e tão pouco descritivo que nós olhamos para aqui e ficamos na mesma. É só esta a questão e, portanto, o senhor está a abanar com a cabeça e está muito enfadado com as questões, e eu percebo o seu enfado, mas não é menor do que o meu. Está a ver? Porque os senhores têm a obrigação de trazer aqui documentação que além de ser rigorosa, que está completa e que nos permita esclarecer aqui o que está aqui em causa e votar de uma forma conscienciosa o assunto. Não é o caso. Portanto, a explicação que o senhor deu ainda agora é insuficiente, e eu voltava-lhe a perguntar, estas rúbricas para onde são alocadas verbas e de acordo com a alteração que está aqui em análise, destinam-se a quê concretamente. Era só isto. Disse. -----

Guerreiro, senhores deputados, permitam-me só dizer uma coisa, o que nós estamos a fazer aqui é analisar reforços de verbas, retirar de um lado e pôr no outro, mais nada, e relativamente a isso o documento é claro. Agora, será votado ou não, os senhores é que entenderão se o querem fazer, favoravelmente, contra ou com abstenção. Agora, este documento é um documento claro. É, é um documento claro, este documento que está aqui, é um documento claro. Podem dizer, sim senhora, eu gostaria que ele estivesse descrito numa informação, descrito. Agora, este documento é claro, não se pode dizer que este documento não é claro, este documento é claríssimo, que é, dotações iniciais, reforços, diz quais são as rúbricas, se são reforçadas, o valor e depois as dotações corrigidas, isto é, com as diferenças, é uma soma, ou uma subtração e dá o total. O documento é claríssimo, do ponto de vista matemático ele está corretíssimo, as rúbricas, o número das rúbricas e os números das rúbricas também estão corretos e dizem, são as rúbricas que estão abertas em orçamento. Agora, se for dito e é isso que é pedido à Assembleia para votar, mais nada. Portanto,





relativamente a isso, o documento é correto. Se os membros da Assembleia e os grupos parlamentares se entenderem que devia estar especificado numa informação, são soberanos para dizer isso. Eu não posso dizer o contrário. ------------ Agora, relativamente àquilo que vem para a Assembleia, para a mesa da Assembleia, o documento é correto, é só isso. ------------ Pediu o uso da palavra, a senhora deputada Independente **<u>Ângela Cristina Sintra Ramos</u> Venâncio Quadros**, para dizer que realmente este documento é claro, engenharia financeira. Agora, não me permite é votar a favor num documento que eu não sei em que se traduz de forma discriminada esses orçamentos e aplicação dessas verbas. Este documento não reúne as condições para eu, pessoalmente, aprovar. Portanto, isto eu não vou aprovar, porque realmente este documento é claro, só em engenharia financeira. Agora, o resto, não sei. Portanto, eu acho que nós precisamos de uma informação complementar a este documento. Eu sugeria o mesmo que sugeri no ponto anterior, que se remeta o ponto para a Assembleia Municipal seguinte. ----------------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel Campos Couto, dada a exposição da senhora Presidente sobre este assunto, eu gostava de lhe questionar uma coisa. Porque é que é aqui um milhão e meio para o parque da juventude, conforme é alegado e não é dois milhões, não é um milhão. Qual é a justificação, porquê estes valores. Nós aqui estamos a fazer alterações orçamentais, precisamos de saber o porquê daquele valor. Não basta dizer que é um milhão, é um milhão e meio para gastarem em quê, como? Daí faltar aqui a documentação técnica que serve de suporte para que nós de forma conscienciosa possamos votar este documento, e por isso volto a apelar para que o documento e este ponto seja retirado. Muito obrigado, tenho dito. ----------- Pediu o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS - PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, ó senhora Presidente, rapidamente e pegando naquilo que a senhora ainda agora disse quando se referiu aqui ao documento, dizendo que era claríssimo, eu enfim, eu acho que realmente do ponto de vista matemático pode bater certo, os valores subtraídos numa rúbrica e adicionados noutra, isso não está em questão, o que eu disse é que não era claro, quando descreve aqui as rúbricas onde se vai reforçar aqui as verbas, e eu só faço aqui um exercício muito breve. Quando a Assembleia discute e aprova um orçamento de um município, quando se fazem observações ao executivo dizendo que determinada rúbrica é muito genérica e se pergunta concretamente para que é que se destinam três milhões de euros, cinco milhões de euros, dez milhões de euros, ninguém nos acusa que estamos aqui à volta da questão e estamos aqui a perguntar coisas que não nos compete, porque a competência para aprovar





orçamentos e alterações orçamentais é desta Assembleia e, portanto, sendo desta Assembleia, nós temos toda a legitimidade, quer para em discussão de orçamento, quer em alterações ao orçamento, quaisquer que elas sejam, grandes, pequenas ou médias, para perguntarmos e querermos ver esclarecidas de uma forma clara a que é que se destina o reforço de verbas em determinada rúbrica, é tão somente isto. Nós quando perguntamos isto, estamos aqui a exercer as nossas competências e, portanto, eu estranho é que se olhe para esta discussão que está aqui a ocorrer, e como o senhor Vice-Presidente está a fazer, se abane a cabeça com um ar muito enjoado como se nós estivéssemos aqui a discutir o sexo dos anjos, ou uma coisa completamente isotérica. Vamos lá aqui ser rigorosos e honestos, e eu volto a perguntar. A senhora Presidente falou em clareza da proposta, clareza matemática? ----------- Interveio a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para dizer que não disse clareza da proposta. Disse clareza do documento. ------------ Ficou com o uso da palavra, o líder da bancada Coligação "Portimão Mais Feliz" (CDS – PP/ Nós Cidadãos/Aliança) João Pedro Gonçalves Marques Caetano, para dizer clareza do documento, esse documento, sim senhora, muito obrigado pela correção. O documento que a senhora está aí a apontar é claro. Então eu pergunto, a aquisição de bens de capital, dois milhões oitocentos e sessenta e oito mil euros, eu pergunto qual é a clareza disto, não sei a que é que isto se destina. Disse. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do Bloco de Esquerda Marco Paulo Rodrigues Gonçalves Pereira, nós de facto somos bastante sensíveis aqui ao argumento da alocação ou de permuta de verbas para um tema que é muito querido aqui nesta casa e ao Bloco também, que é o parque da juventude, mas nós temos que concordar que de facto isto é muito confuso, este quadro, nós não vamos aqui discutir de facto a engenharia financeira como falou aqui a deputada, mas é muito confuso a gente saber porque é que nós estamos a tirar de um lado e pôr do outro, e se a urgência é um mês, mais vale então esperarmos um mês para que isto venha bastante melhor informado e para se poder votar em consciência. Assim como está, nós não vamos poder acompanhar. Muito obrigado. ------------ Ficou com o uso da palavra, a Presidente da Assembleia Municipal **Isabel Andrez Guerreiro**, para explicar que vão ter que votar, não foi pedido para retirar e, portanto, está agendado no ponto da ordem de trabalhos e eu vou pôr à votação. ----------- Pediu o uso da palavra, o deputado municipal da bancada do PPD/PSD Vítor Manuel <u>Campos Couto</u>, para dizer que a bancada do PSD em protesto para com essa atitude, vai-se





				~			~			
			•	-			_		otar a favor, abs	-
									unicipal, <u>Isabel</u>	_
				-	-				tação, da 42ª	-
orça	amental, - <i>ao</i>	abrigo	da al	. a), nº 1	, do art.º 25	o da l	Lei 75/	<i>2013,</i> r	nos termos da P	roposta -
Del	iberação nº 7	771/2	2, ten	do sido o	btido o segu	iinte	resulta	ado:		
	VOTAÇÕES	PS	PPD/ PSD	CHEGA	PORTIMÃO + FELIZ (*)	BE	CDU (PCP/ PEV)	PAN	DEPUTADA INDEPENDENTE	TOTAL
	VOTOS A FAVOR	15	0	0	0	0	0	0	0	15
	ABSTENÇÕES	0	0	3	0	0	0	1	0	4
	VOTOS CONTRA	0	0	0	2	2	1	0	1	6
(*)	Coligação "Por	timão	Mais F	eliz" (CDS	– PP/ Nós Ci	dadão	s/Alian	ça)		
art. A B	° 25° da Lei 7: ancada (PPD	5/2013 /PSD	3, nos i) ause	termos da entou-se d	Proposta - D da votação d	elibei lo por	ação i ito 2-c	1º 771, I)	o abrigo da al. a /22 alhos prevista p	
reur	nião, quando e	eram v	/inte e	três hora	s e quarenta	e cind	co minu	ıtos, a	Presidente da As	sembleia
Mur	nicipal Isabel	Andre	ez Gue	erreiro de	eu por conclu	ída a	5ª Ses	são Ext	traordinária de d	ois mil e
vint	e e dois, reali	zada r	no dia	vinte e oi	to de novemb	oro, e	para c	onstar	se lavrou a pres	ente ata,
que	tem como si	uporte	a trai	nscrição d	os registos f	onogr	áficos	efetuad	os da gravação,	de tudo
qua	nto ocorreu na	respe	etiva re	união, de	acordo com o	artig	o seter	nta e un	n do Regimento	
	De acordo c	om o	instituí	do no núm	nero 6 do arti	go 49	da Le	i nº 75/	'2013 de 12 de s	etembro,
bem	n como o núr	nero	11º do	artigo 4	0º do Regim	ento	da Ass	embleia	a Municipal de I	ortimão,
									<mark>da</mark> resposta por	
	-									
	eu, Telma Maria Nunes Matias Assistente Técnica, a prestar serviço no Gabinete da Assembleia Municipal Portimão a elaborei e assino, bem como os									
	elementos componentes da Mesa da Assembleia Municipal de Portimão:									
CICI	nentos compo	ricrites	da Me	sa ua Ass	embleia Mam	страт с	ie i oiti	mao.		
			A Pi	residente (da Mesa da A	ssemb	oleia M	unicipal		

(Isabel Andrez Guerreiro)





1º	Secretário da Mesa da Assembleia Municipal
	(Carlos Alberto Garrinho Gonçalves Café)
	2º Secretária da Mesa da Assembleia Municipal
	(Sheila Gassin Tomé)